



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVI — N.º 1

QUINTA-FEIRA, 1.º DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 1.ª SESSÃO CONJUNTA EM 31 DE MARÇO DE 1971

DESTINADA À SOLENIDADE DE
INSTALAÇÃO DA 1.ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA
7.ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

As 15 horas, acham-se presentes os
Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guilomard
— Geraldo Mesquita — Flávio Brito
— José Lindoso — José Esteves —
Cattete Pinheiro — Milton Trindade
— Renato Franco — Alexandre Costa
— Clodomir Millet — José Sarney —
Fausto Castello-Branco — Petrônio
Portella — Helvidio Nunes — Virgílio
Távora — Waldemar Alcântara —
Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz —
Duarte Filho — Jessé Freire — Domí-
cio Gondim — Milton Cabral — Ruy
Carneiro — João Cleofas — Paulo
Guerra — Wilson Campos — Arnon
de Mello — Luiz Cavalcanti — Teotô-
nio Vilela — Augusto Franco — Lean-
dro Maciel — Lourival Batista —
Antônio Fernandes — Heitor Dias —
Ruy Santos — Carlos Lindenberg —
Eurico Rezende — João Calmon —
Amaral Peixoto — Paulo Tôrres —
Vasconcelos Torres — Benjamin Fa-
rah — Danton Jobin — Nelson Car-
neiro — Gustavo Capanema — Ma-
galhães Pinto — Milton Campos —
Carvalho Pinto — Franco Montoro —
Orlando Zancaner — Benedito Fer-
reira — Emival Calado — Ozires Tei-
xeira — Fernando Corrêa — Filinto
Müller — Saldanha Derzi — Acioly
Filho — Mattos Leão — Ney Braga —
Antônio Carlos — Celso Ramos —
Lenoir Vargas — Daniel Krieger —
Guido Mondin.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser
Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Pe-
res — ARENA; Rafael Faraco — ARE-
NA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Gabriel
Hermes — ARENA; João Menezes —
MDB; Pedro Carneiro — ARENA; Sté-
lio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico
Ribeiro — ARENA; Henrique de La
Rocque — ARENA; João Castelo —
ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pi-
res Saboia — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; Milton Brandão
— ARENA; Paulo Ferraz — ARENA;
Pinheiro Machado — ARENA; Sousa
Santos — ARENA.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo
Távora — ARENA; Ernesto Valente —
ARENA; Flávio Marcílio — ARENA;
Furtado Leite — ARENA; Hildebrando
Guimarães — ARENA; Jonas Carlos —
ARENA; Leão Sampaio — ARENA;
Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo
Linhares — ARENA; Ossian Araripe
— ARENA; Paes de Andrade — MDB;
Parsifal Barroso — ARENA;

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djal-
ma Marinho — ARENA; Grimaldi Ri-
beiro — ARENA; Henrique Alves —
MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt
Rosado — ARENA.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Cláudio
Leite — ARENA; Janduhy Carneiro —
MDB; Marcondes Gadelha — MDB;
Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio
Neto — ARENA; Wilson Braga —
ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon
Rios — ARENA; Augusto Lucena —
ARENA; Carlos Alberto Oliveira —
ARENA; Fernando Lyra — MDB; Ge-
raldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vas-
concelos — ARENA; Joaquim Couti-
nho — ARENA; Josias Leite — ARE-
NA; Marco Maciel — ARENA; Marcos
Freire — MDB; Ricardo Fiúza —
ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José
Alves — ARENA; José Sampaio —
ARENA — Oceano Carleial — ARE-
NA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francis-
co Rollemberg — ARENA; Luiz Gar-
cia — ARENA; Raimundo Diniz —
ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Evaldo
Flores — ARENA; Fernando Maga-
lhães — ARENA; Francisco Pinto —
MDB; Hanequim Dantas — ARENA;
Ivo Braga — ARENA; João Alves —
ARENA; José Penedo — ARENA; Lo-
manto Júnior — ARENA; Luiz Braga
— ARENA; Manoel Novaes — ARE-
NA; Nery Novães — ARENA; Ney
Ferreira — MDB; Oduífo Domingues
— ARENA; Prisco Viana — ARENA;
Rogério Rêgo — ARENA; Theódulo de
Albuquerque — ARENA; Tourinho
Dantas — ARENA; Vasco Neto —
ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Álvares — ARENA; Josécarlos Fonseca — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frotta — ARENA; Tasso Andrade — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brigidó Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alci Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Fleza Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Leo Simões — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldeiro Teixeira — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgar Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio/Fonsêca — MDB; Fagundes Neto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaño — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ademar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alpheu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amante — ARENA; Dias Menezes —

MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Fernandes Lopes — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarumund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Al-
berto Costa — ARENA; Alencar Fur-
tado — MDB; Alípio Carvalho —
ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ar-
dinal Ribas — ARENA; Ary de Lima
— ARENA; Arnaldo Busato — ARE-
NA; Arthur Santos — ARENA; Emílio
Gomes — ARENA; Fernando Gama
— MDB; Ferreira do Amaral — ARE-
NA; Flávio Giovine — ARENA; Ítalo
Conti — ARENA; João de Oliveira —
ARENA; José Carlos Leprevost —
ARENA; Maia Netto — ARENA; Má-
rio Stamm — ARENA; Olivir Ga-
bardo — MDB; Sílvia Barros — MDB;
Túlio Vargas — ARENA; Zacharias
Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar
Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARE-
NA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib
Cherem — ARENA; Francisco Grillo
— ARENA; — Jaison Barreto — MDB;
João Linhares — ARENA; Laerte Vi-
eira — MDB; Pedro Collin — ARENA;
Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol
— ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu
Collares — MDB; Aldo Fagundes —
MDB; Amaral de Sousa — ARENA;
Amaury Müller — MDB; Antônio Bre-
solin — MDB; Ary Alcântara — ARE-
NA; Arlindo Kunzler — ARENA; Ar-
naldo Prieto — ARENA; Cid Furtado
— ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA;
Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi
— MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry
Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB;
José Mandelli — MDB; Lauro Lertão
— ARENA; Lauro Rodrigues — MDB;
Mário Mondino — ARENA; Nadyr
Rossetti — MDB; Norberto Schmidt
— ARENA; Sinval Guazelli — ARE-
NA; Vasco Amaro — ARENA; Victor
Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

*(Compõem a Mesa, à esquerda do
Sr. Presidente, o Sr. Ministro Aliomar
Baleeiro, Presidente do Supremo Tri-
bunal Federal e os Srs. Senadores
Clodomir Millet e Duarte Filho, res-
pectivamente, 2º e 4º Secretários; à
direita, o Sr. Deputado Pereira Lopes,
Presidente da Câmara dos Deputados
e os Srs. Senadores Ney Braga e Gui-
do Mondim, respectivamente, 1º e 3º
Secretários.)*

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-
tella)** — Está aberta a Sessão.

Declaro instalada a 1.ª Sessão Le-
gislativa Ordinária da 7.ª Legislatura.

*(Neste momento é executado o Hino
Nacional nas galerias, ouvido de pé
por todos os presentes. A tropa, no
exterior, presta as continências de
estilo. É hasteada a Bandeira Na-
cional nos mastros das duas Casas
do Congresso Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-
tella)** — Excelentíssimo Senhor Presi-
dente do colendo Supremo Tribunal
Federal, Ministro Aliomar Baleeiro;
Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara dos Deputados, Deputado Pe-
reira Lopes; Senhores Ministros de
Estado; Senhores Governadores e seus
representantes; Excelentíssimas auto-
ridades militares; Senhor Arcebispo
de Brasília; meus Senhores e minhas
Senhoras.

Senhores Congressistas, os traba-
lhos a que, solenemente, damos início,
hão de, com certeza, marcar a vida
do País, mobilizado para o desenvol-
vimento econômico e social, plena-
mente alcançável, sob a proteção de
uma ordem jurídica estável e dura-
doura.

Árduo é o exercício do nosso ofício,
por alguns condenado, por outros
malsinado sem conhecer-lhe a valia,
pois o que caracteriza a vida parla-
mentar é oferecer, é dar, é aperfei-
çoar, ressoando os efeitos do seu tra-
balho em áreas que lhe não são pró-
prias.

As atribuições constitucionais do
Congresso afastam o arbítrio, condu-
zindo a elaboração das leis a um pro-
cesso de exame e contradição, debate
e decisão, e a expõem à publicidade

prévia e necessária da opinião públi-
ca, vale dizer, do povo.

O sistema normativo do País não
pode ser a resultante da visão parcial
do tecnocrata, indispensável ao tra-
balho de assessorar, esclarecer e apre-
sentar, ao exame dos que decidem, as
entranhas do organismo a que se de-
dicam, ligado êste, todavia, a outros
de maior ou menor importância, mas,
todos, necessariamente, entrosados,
para o bom funcionamento da má-
quina estatal, que isso é o próprio ca-
minho do equilíbrio e da estabilidade.

Mas é do encontro dos dois, carac-
terizado pela mútua compreensão, que
nascem as soluções duradouras, não
para amenizar ou minorar males, na
eventualidade de crises, mas para
vencer os desafios permanentes de um
mundo tão complexo quanto tumultu-
ado e inquieto.

Ao Congresso Nacional não cabe
disputar, com os demais Podêres, o
primado da eficiência, mas afirmar
sua presença, necessária e insubsti-
tuível, legislando, debatendo e fisca-
lizando, sem a preocupação do con-
fronto, e, assim, as leis estarão sem-
pre disciplinando a realidade nacio-
nal, isentas das prevenções danosas,
dos privilégios odiosos, abrangendo a
todos e a todos contemplando, num
constante e permanente trabalho de
aperfeiçoamento do organismo social.

O Congresso, como Poder, há de ser
independente, para que possa, dentro
do seu leito e na conformidade de
suas normas internas, decidir sobre
as proposições que dêle nasçam ou a
êle venham, sem as sujeições que
aviltam ou as concessões que degra-
dam; livre, sim, mas submisso, sem-
pre, ao interesse público e à realida-
de nacional.

Se o Poder Legislativo independen-
te é, tem, todavia, de preservar as
relações entre os demais Podêres da
República; o Judiciário que, entre ou-
tras atribuições, guarda a Constitui-
ção dos ataques que lhe sejam desfe-
ridos e vela pelo seu primado, bem
como o Executivo — Poder como o
nosso, político — ao qual cabe parti-
cipar do processo legislativo, em po-
sição, igualmente, relevante.

E o entendimento recíproco, a ple-
na compreensão da posição de cada
um, a convivência permanente que
o trabalho construtivo proporciona,

constituem o que se chama harmonia, sem a qual o equilíbrio se perde e, assim, se debilita a Nação.

No Plano dos Podêres políticos, além das missões comuns, avulta o elo, inerente ao sistema, que é o instrumento adequado para o encontro de vontades, sob a inspiração de princípios e objetivos: os Partidos.

Na dinâmica diuturna dos trabalhos legislativos, afirma-se, sempre, sem desvios das normas regimentais, o Poder independente, acionado por uma maioria vinculada a um Partido, e este, unido e motivado, participando da obra de desenvolvimento nacional e garantindo a harmonia, que evita o colapso das Instituições.

No âmbito da vida parlamentar, alteiam-se os Partidos em sua missão constitucional. O do Governo, emprestando o seu apoio, que não se exaure na mera aprovação das matérias, porque inclui a responsabilidade na condução dos negócios públicos, discutindo idéias, debatendo questões, examinando problemas, antes que exijam sistema normativo, consubstanciado em leis. O Partido não deve ser simples instrumento de acesso aos cargos eletivos, mas organismo onde se formem e cristalizem as melhores idéias, transformando-se em ação conjunta e solidária dos dois Podêres.

A Oposição tem, igualmente, missão importante. Se não dispõe de número que a habilite a decidir, discute, debate, fiscaliza e, quantas vezes, através de emenda, vê seus subsídios aceitos pela Maioria, que pode e deve decidir.

É, pois, dos Partidos, em seu funcionamento eficiente, que depende o aperfeiçoamento do regime democrático. Desvirtuados foram, no passado, em sua atuação, por orientações políticas incompatíveis com a realidade social ou desviados de suas finalidades, jungidos a caudilhos ou a líderes carismáticos, comprometidos, êsses, com regiões ou facções, e rebeldes aos programas que devem ser a matéria-prima do trabalho incessante e indomido de comunicação com o povo.

A vida parlamentar será tanto mais eficiente e indispensável quanto mais

fortalecidos forem os Partidos, que lhe dão trabalho e força.

Ao longo de nossa formação histórica, as agremiações partidárias não encontraram meios de afirmar-se. Os vícios a que venho de aludir juntaram-se à fragilidade de Instituições artificiais, montadas para disciplinar realidade fragmentada por interesses esparsos e caracterizada por toda sorte de disparidades. Nesse quadro a palavra "maioria" perdia o sentido e, em seu lugar, figuras eminentes pontificavam e decidiam em nome do povo.

Hoje, pertencemos a uma Nação disposta a manter seus rumos e seus compromissos, visando a ser economicamente forte e politicamente organizada.

A justificação do poder político do Estado — já o disse Jellinek — está em que sua suprema autoridade de mando é inseparável de sua personalidade moral indispensável à realização de seu objetivo social. O Estado é uma entidade diferenciada e autônoma que, para realizar seus fins, impõe coativamente sua vontade direta a toda pessoa, individual ou coletiva.

A vontade do Estado é orientada no sentido da implantação e defesa da Ordem, sem a qual falece o direito. O caos é a própria negação do estado de direito.

A manutenção da ordem pública, dever intangível do Estado, é, pois, pressuposto necessário de um estado de direito estável e **o direito não é mais que a ordem na comunidade social**, na referência de Edmond Piccard.

Outros não são os objetivos a que aspiramos alcançar.

O esforço dos Governos da Revolução tem sido, inquestionavelmente, orientado visando ao estabelecimento da ordem comunitária e do equilíbrio social, condição indispensável ao estado de direito estável — vale repetir. Ordem nas finanças públicas; ordem na planificação orçamentária; ordem nas estruturas internas da Administração; ordem na produção e distribuição da renda nacional; ordem na equânime participação dos encargos tributários; ordem na justa

partilha da receita pública entre os Podêres da Federação; ordem, enfim, para que se faça humano e cristão o convívio dos homens em sociedade.

É de ver-se impropriedade a crítica de que, em sete anos, a Revolução não levou a todos, os meios da maior participação na renda nacional. Mas é necessário ressaltar que o Plano de Integração Social, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, o Plano Nacional de Habitação, os planos regionais, notadamente, o de Integração Nacional, e, já agora, o projeto de lei, há dois dias anunciado, de instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, são fatos incontestáveis de que a Revolução tem uma direção: o da Justiça Social.

Indispensável salientar o que essas e outras medidas, naquela oportunidade transmitidas ao País, representam. É o homem do campo abandonado a ser amparado, com seus dependentes, pela aposentadoria e pensão, pelo auxílio-invalidez, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

E se a Revolução tem como meta ajudar o homem do campo a erguer-se, não se detém na Previdência e avança mais em medidas de crédito e assistência que lhe possibilitam e ensejam afirmação, no meio rural, transformando proprietário ou trabalhador em agente eficiente do desenvolvimento agrícola, antes temas de mistificação, principalmente, no Nordeste.

É, pois, um movimento que não se cinge à superfície, penetra no âmago das questões cruciais e busca, na intimidade com elas, soluções sérias e profundas, transformando párias — antes objetos de manipulação subalterna — em homens, sob a proteção do Estado, integrados num processo do qual todos devem ser beneficiários.

Se em mais de meio século de regime totalitário e socialista países não conseguiram eliminar as disparidades entre indivíduos, classes e regiões, gerando, por isso, graves problemas internos, não é de se cobrar ou exigir, em sete anos de trabalho, que a Justiça Social tenha firmado o seu império, barrando a concentração de ri-

queza de grupos ou regiões — o que seria um desastre — e contemplando todos os cidadãos dos bens e serviços indispensáveis. “A economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal”, já o proclamou o Presidente Médici, num brado de inconformismo e determinação de mudar, inovar e transformar.

Consciente de que sem o desenvolvimento econômico a Justiça Social será, apenas, mero tema demagógico, é que a Revolução busca acelerá-la, corrigindo-lhe, por medidas, como vimos originais, os desvios que deixem relegado o homem — fim único de todas as realizações do Estado — dotado de direitos inalienáveis, imprescindíveis e imposteráveis.

A Nação tem, por destinação, que assegurar a todos uma realidade ética tangível, no seio da qual se agasalhe toda uma gama de regalias, juridicamente tuteláveis, a que cada um dos indivíduos que a compõem aspire isoladamente.

Esses objetivos que representam o pleno estabelecimento da ordem, num País em desenvolvimento, impõem uma penosa seqüência de tarefas severas, cuja execução não pode ser, apriorística e arbitrariamente, dimensionada no tempo.

De nosso esforço comum, da tenacidade com que, juntos, nos dediquemos à ingente tarefa de preparar o campo para a sementeira de bonança, muito dependerá uma maior ou menor medida de tempo para a dura fase de sacrifício.

Será vã e insólita a tentativa de apagar etapas, contorná-las ou contestá-las. Elas compõem uma realidade inexorável, num contexto bem definido. Realidade social, política e, poder-se-á dizer, histórica.

Temos um modelo de desenvolvimento econômico e social essencialmente brasileiro, nascido do nosso sofrimento e trabalho, sem a preocupação de imitar ou copiar fórmulas estrangeiras.

Mas o êxito dêse impressionante esforço estaria comprometido, se não tivéssemos, como temos, uma linha de política exterior firme e definida:

“Nosso País crê firmemente na fraternidade necessária entre os

povos e almeja, não apenas o convívio amistoso com as demais nações, mas também a efetiva colaboração entre elas, aceitando, de bom grado, toda cooperação, desde que compatível com a sua condição de Estado soberano.”

“O nosso País se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos.”

“Na proporção em que crescemos, em que convertemos as promessas em realidade, dilata-se e aprofunda-se, outrossim, a nossa participação nas relações internacionais. Cabe-nos exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses.”

“Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria.”

“A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais. Ela não pode ser instrumento da manutenção e, muito menos, da ampliação da distância que atualmente separa as nações ricas das nações pobres. É indispensável, por isso, a mudança das regras do comércio internacional, que secularmente têm favorecido os países desenvolvidos, e, bem assim, a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico. Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça — como ocorreu, no século XIX, com a Revolução Industrial — em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos. Repelimos qualquer tentativa, seja qual for o pretexto invocado, de res- tauração da tese de zonas de in-

fluência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros.”

Eis, em síntese, a clara posição definida pelo Presidente Médici. Ela traduz o culto nacionalista de nosso povo, sem transigência comprometedora de nossa soberania e defende, sempre, os interesses brasileiros. Nela não se encontra o fanatismo que, a pretexto de defender, entrega o País; nem se vê a dependência que exclui a liberdade de agir e negociar.

Eis, Senhores Congressistas, o muito que temos diante de nós, para discutir, analisar, aperfeiçoar e corrigir. E essa é a missão primeira dos partidos, neste Recinto e fora dele, em contato com todos os brasileiros, trabalhadores das cidades e dos campos, comerciantes e industriais, profissionais liberais, intelectuais, clero e sobretudo, com a juventude que, nas Universidades, aprende e tem, também, o que dizer-nos, neste diálogo e neste trabalho de construção.

Fixadas as posições dos que aceitaram este e dos que escolheram outro caminho, impõe-se a contribuição dos Partidos, meio de dar organicidade e direção correta aos movimentos de opinião pública.

As suspeitas com que se viam os políticos, vítimas mais que autores dos males entronizados nas Instituições, perderam seus fundamentos.

A indiferença popular ante os Partidos, quebrada, apenas, nas épocas eleitorais, será vencida se levarmos mensagens que empolguem o povo e façam voltar à crença a juventude.

Muito já realizamos. E o mais a ser feito deve resultar da confiança e do otimismo de todos os brasileiros.

E se formos tentados pelo pessimismo, debruçemo-nos sobre o quadro da América Latina e teremos razões para aplausos à obra que, sob as inspirações de Deus, estamos edificando. E se não bastar tal exemplo, contemplemos o Mundo, e, nêle, países desenvolvidos, mas perturbados pela onda de violência, no paroxismo do terror, a irradiarem mensagens através dos mais eficientes veículos de comunicação.

Não obstante, temos a vocação indesejável da liberdade e vamos alcançá-la pelos caminhos que o nosso gê-

nio político constrói, certos de que seremos, amanhã, exemplo democrático entre as nações.

A plenitude democrática ainda não a alcançamos e a ela não chegaremos mesmo que leis de emergência, com risco para a estabilidade e a segurança, fôssem de logo revogadas.

Uma minoria teria mais amplos meios de expandir-se, em oposição ou em protesto, mas muitos, econômica e socialmente ainda sofrendo provações, veriam seus problemas agravados, pela instabilidade das Instituições, com reflexos danosos para a economia em inegável expansão, repercutindo auspiciosamente no plano internacional.

Eis um quadro a ser vivido, meditado e sofrido pelos políticos brasileiros.

No cumprimento do seu dever, os Partidos precisam atuar, sensibilizando todas as camadas sociais, para a adesão às fórmulas que nos conduzam ao desenvolvimento, com liberdade. Faz-se indispensável, para tanto, que se organizem e tomem consciência de sua missão, verdadeiramente revolucionária. Que se esqueçam divergências pessoais e cada um crie, em seu seio, a ambiência inspiradora dos verdadeiros militantes políticos.

A vida partidária há de ser marcada pelo debate, pela discussão em busca das melhores soluções, pela disputa entre companheiros a que não falem a lealdade, a decência, a postura, o respeito mútuo, porque assim não se dispersam as energias nos descaminhos do personalismo, mas, após a decisão, as forças se somem, objetivando o aperfeiçoamento das Instituições.

A vida partidária proporciona a comunhão, sem dispensar a diversidade de posições, pois isso divide responsabilidade, facilita a crítica e ajuda a abrir os caminhos que serão de todos, quando a hora da escolha é superada e diante dos companheiros só há sacrifício, luta e desprendimento a serem mobilizados a serviço da Nação.

Vida partidária é parceirismo no que há de mais nobre na vida dos povos: o dever de conduzi-los bem, falando verdades, quando parecem ofender, e distribuindo, quando no

Governo, os benefícios do trabalho, que só têm um legítimo destinatário: o povo.

Vida partidária é confiança, a salvo das surpresas acima da benquerença ou desafeições pessoais, pequenas demais para minar ou destruir uma estrutura que é de todos, a todos pertence, porque instrumento político do regime democrático.

Vida partidária é congraçamento, união, convívio, entendimento de correligionários entre si e destes com o povo.

E é bem sabendo que o regime democrático vive e se alimenta do livre, espontâneo e caloroso apoio popular aos Partidos, é que vejo nêles os organismos constitucionais adequados a aperfeiçoarem, cada um em sua posição, a nossa atuação parlamentar, que será uma corrente permanente a levar e a trazer-nos as aspirações e os anseios da própria Nação.

Esses, os caminhos da Revolução que o povo e as Forças Armadas nos oferecem para afirmar-nos, como Nação, forte, desenvolvida e soberana.

Sem fugir ao respeito aos que de mim divergem, e certo de que o alto pósto que, neste momento, me impõe a altitude de um magistrado a decidir com energia sempre, mas em consonância com a Lei Maior e os nossos mandamentos internos, dirijo a minha palavra de confiança a todos, Oposição e Governo, jurando cumprir o dever de ser fiel às Instituições democráticas, que o nosso trabalho aperfeiçoará, sob as inspirações da justiça social e a segurança do desenvolvimento.

Senhores Congressistas, creio no Brasil e o seu futuro muito depende do que soubermos, neste quadriênio, construir. Nosso trabalho será alimentado pela fé, e Deus — tenho certeza — não nos faltará com as suas bênçãos. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está presente, na Casa, o Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, Prof. Leitão de Abreu, portador da Mensagem Presidencial. Determino aos Srs. Diretores-Gerais das Secretarias das duas Casas do Con-

gresso que introduzam Sua Excelência no Plenário.

(Acompanhado dos Diretores-Gerais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dá entrada no recinto o Sr. Professor Leitão de Abreu, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, que faz entrega da Mensagem Presidencial e, em seguida, vai ocupar o lugar que está reservado a S. Exa. em Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial.

E lida a seguinte

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Dirigindo-me, como ora faço, na abertura da nova sessão legislativa, ao Congresso Nacional, nêle encontro renovada a representação política. Mediante eleições livres e democráticas, processadas em clima de perfeita ordem e regularidade, com asseguração de ampla franquia à manifestação do pensamento, o povo escolheu os seus representantes na Câmara dos Deputados e renovou, por dois terços, os representantes dos Estados no Senado Federal.

Recompôs-se, também, em pleito simultâneo, a representação popular nas Assembléias Legislativas de todos os Estados, para os quais, pouco antes, em eleição indireta, haviam sido escolhidos, nos termos da Constituição, novos Governadores. Ainda no mesmo ano, assistiu o País à convocação de eleições para Prefeitos e Vereadores em dois terços dos municípios brasileiros, transcorrendo essa consulta eleitoral de modo igualmente livre, tranqüilo e regular.

De acôrdo com as regras constitucionais e com as leis nelas fundadas, reconstituiu-se, assim, sob forma democrática, o quadro de condutores políticos nos colégios legislativos da União, Estados e Municípios, bem como na chefia dos executivos estaduais e municipais.

A estabilidade da ordem democrática instaurada pela Revolução de 31 de Março não é fruto, porém, unicamente desses acontecimentos políticos,

porquanto constituem eles apenas mais um elo na corrente de manifestações eleitorais, nunca interrompidas dentro do regime vigente. Além de confirmarem, no entanto, a sua índole eminentemente democrática, os recentes fatos políticos, desdobrados sob o meu Governo, tornam inequívocas, pela adesão popular às regras do jogo político, a eficácia e a legitimidade das instituições em vigor.

Em consonância com o pensamento revolucionário, a ação governamental se tem exercido, desde que assumi a Chefia da Nação, de modo a cumprir com fidelidade, na letra como no espírito, os preceitos constitucionais que estabelecem e definem a nossa ordem jurídica.

Vinculado ao rigoroso cumprimento dessas prescrições, como fundamento que são do regime de legalidade, dentro do qual vivemos, não me faltará, certamente, o apoio do Congresso para a regulamentação dos dispositivos constitucionais, a cuja incidência se subordina a lei, complementar ou ordinária. As normas programáticas, inscritas em nossa carta política, continuarão, dessa maneira, a perder, sob o influxo dos ideais revolucionários, a condição de simples promessas para se converterem, cada vez mais, na ordem prática, em regras efetivas de comportamento.

A vocação humanista, que caracteriza o regime, mobiliza o Governo, de outra parte, no sentido de acudir, com todos os meios de que dispõe, às dificuldades e asperezas que afligem o povo, seja prestando-lhe, nos momentos de calamidade, o auxílio a que lhe dá direito o dever de solidariedade perante os riscos sociais, seja promovendo reformas estruturais que atenuem os desequilíbrios ou desigualdades, existentes dentro da comunhão nacional.

Aos nordestinos, fustigados no seu estoicismo pela inclemência da estiagem, não me limitei a levar, por isso, juntamente com a minha simpatia, a de todos os brasileiros, mas determinei aos órgãos da administração federal que lhes proporcionassem os meios para enfrentar, em condições menos penosas, o flagelo que sobre eles se abatia.

Embora reconhecendo procedência à doutrina de que não há prosperida-

de sem crescimento econômico, assentei, logo ao iniciar-se o meu Governo, que se fazia imprescindível, paralelamente ao aumento da riqueza, redistribuir a renda nacional de maneira mais justa, a fim de minorar as disparidades econômicas, que marginalizam, no tocante aos benefícios da civilização, considerável segmento da população brasileira.

Passando da palavra à ação, encaminei ao Congresso projetos de lei em que se instituíam o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, ambos acolhidos favoravelmente pelo órgão legislativo, que, imprimindo rapidez à sua tramitação, possibilitou a conversão em lei, dentro de prazo extremamente curto, dessas importantes medidas, fadadas a exercer transcendente e salutar influência em nossa ordem econômica, financeira e social.

Dentro desse contexto, está, ainda, em via de encaminhamento ao Congresso projeto de lei, pelo qual se procura reparar o abandono a que tem sido relegado o trabalhador rural, ora desprovido de assistência por parte do poder público, diversamente do que ocorre em relação aos assalariados que exercem a sua atividade em zonas urbanas. Inicia-se, por essa forma, bem que em proporções ainda insuficientes, a correção do desequilíbrio entre a cidade e o campo, fazendo-se com que se redistribua, em parte, a renda auferida pela população urbana, de maneira a socorrer, mediante os recursos assim captados, aqueles que mourejam nas atividades rurais.

A essas disparidades, isto é, as existentes no tocante à renda individual, bem como as verificadas entre a gente da cidade e a gente do campo, soma-se a que decorre dos desequilíbrios regionais. Não obstante o avultado elenco de providências tomadas, até aqui, pela administração federal, no sentido de corrigir esse estado de coisas, não se pode dizer que, a tal propósito, se haja obtido todo o êxito esperado.

Cumpra, pois, que se amplie e aprofunde, notadamente no Norte e Nordeste, onde o problema se apresenta de modo mais crítico, a intervenção tutelar do poder público, a fim de se incrementar o desenvolvimento e

prosperidade dessas grandes regiões e oferecer, assim, melhores condições de vida aos seus habitantes.

A par da intensificação dos programas e planos já estabelecidos, outras providências de amparo àquelas áreas se encontram em curso. Entre elas impõe-se mencionar a que provê quanto à rigorosa e pontual execução das normas legais que, disciplinando a posse e o uso da terra, protegem aqueles que a trabalham. Acaba de ser aprovado, além disso, o Programa Especial de Crédito Rural Orientado para as Regiões Norte e Nordeste. Esse Programa, a que se atribuíram recursos no valor de oitocentos milhões de cruzeiros, objetiva promover maior equilíbrio entre o desenvolvimento econômico-social das diferentes zonas do País e estimular, nas regiões Norte e Nordeste, o aumento da produtividade do setor rural, a oferta de gêneros alimentícios e matérias-primas industriais, bem como a oferta de emprego da mão-de-obra.

Prossegue, de outra parte, com ímpeto crescente, a obra de expansão das fronteiras sociais e econômicas do País, dentro da política de ocupação e aproveitamento dos imensos espaços ainda não colocados convenientemente a serviço do interesse coletivo. O Programa de Integração Nacional, lançado em julho do ano passado, dá bem a medida do empenho que o Governo põe em tal política. Abrange a primeira etapa desse Programa a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém, assim como planos de colonização das áreas que lhes são adjacentes. Em desdobramento desse projeto, decidiu-se promover a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária e colonização, de extensa área de terras, cerca de 6.450.000 hectares, situados na região de Altamira, Estado do Pará, em ambas as faces da Transamazônica. Deliberou-se, ainda, declarar indispensáveis ao desenvolvimento e segurança nacionais as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de largura, de cada lado do eixo das rodovias federais, já construídas, em construção ou em projeto, dentro dos limites da Amazônia Legal. Incluídas, assim, no patrimônio da União, em decorrência de preceito constitucional, serão essas

terras destinadas, de acôrdo com as diretrizes impostas pelo interesse da Nação, a fins com êle condizentes, entre os quais sobressaem os relativos a planos de colonização e projetos industriais e agro-industriais.

Comungando na idéia de que cumpre tornar possível, no quadro da sociedade brasileira, aquilo que é necessário, estou persuadido de que não tem faltado ao Governo da Revolução a capacidade imaginativa nem a energia que são indispensáveis para responder a essa exigência. Sem precedentes na história nacional, pelo seu número e pelo seu alcance, são as providências tomadas, com êsse fim, na esfera social, política e administrativa. Sem precedentes, no entanto, são também, de outra parte, os encargos governamentais, diante da complexidade sempre maior dos problemas que o progresso paradoxalmente suscita.

Os deveres novos que as injunções sociais impõem ao poder público não podem ser desempenhados de maneira eficaz sem que, igualmente, lhe seja conferida maior amplitude de ação. Sendo outros os tempos e outras as circunstâncias, impreterível se torna que outros, diversos dos tradicionais, sejam, igualmente, os métodos de gestão político-administrativa, pois, somente assim, sob a inspiração do interesse coletivo, será possível humanizar efetivamente as relações sociais.

Aos novos métodos e processos administrativos e políticos, cujo emprêgo a vigente ordem jurídica faculta, se deve o surto de prosperidade econômica e progresso social, desencadeado no País pela ação governamental, só havendo razão, por conseguinte, para que se persevere nesses mesmos processos e métodos.

A obra do engrandecimento nacional constitui, porém, tarefa comum, que reclama a conjugação dos esforços de todos os brasileiros, especialmente daqueles que possuem responsabilidade política. Entre êstes se encontram, em posição de eminência, os trazidos pelo voto popular, como Senadores e Deputados, para o Congresso Nacional.

Ao encaminhar a Vossas Excelências esta mensagem, em cumprimento do disposto no art. 81, item XXI, da Constituição, quero manifestar-lhes a

crença de que o Congresso continuará a honrar-me com a sua inestimável colaboração em tudo quanto disser respeito ao interesse nacional, mantendo-se, assim, em alto nível as relações entre Executivo e Legislativo.

Brasília, 31 de março de 1971. —

EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

No ano que se findou, foram aprovadas as "Metas e Bases para a Ação de Governo", cujo objetivo-síntese é a edificação, entre nós, de uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência.

Com essa finalidade, ainda no corrente exercício serão encaminhados a exame do Congresso Nacional o novo Orçamento Plurianual de Investimentos e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ambos para vigência no período 1972/1974.

Os objetivos em vista compreendem o crescimento dos diversos setores, no período 1969/1973, às seguintes taxas:

Infra-estrutura, de 9 a 10%; Transportes-Comunicações, de 8 a 10%; Energia Elétrica, de 10 a 11%; Primário (Vegetal-Animal), de 6 a 8%; Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, de 9 a 11%; Construção Civil, de 7 a 9%; Outros Serviços, de 7 a 9%.

No tocante aos investimentos públicos em áreas estratégicas, as principais realizações programadas importam (a preços de 1971) nos seguintes valores gerais para o período 1970/73:

— na Educação, dispêndios globais para todo o País de Cr\$ 29.900 milhões e dispêndios públicos (federais, estaduais e municipais) de Cr\$ 27.485 milhões. Na área de Ciência-Tecnologia, dispêndios de Cr\$ 1.690 milhões;

— na área de Saúde e Saneamento, investimentos públicos de Cr\$ 12.995 milhões;

— em Agricultura-Abastecimento, aplicações federais de Cr\$ 13.800 milhões, inclusive fundos associados a assistência técnica e mudança tecnológica (mas exclusive do financiamento de custeio pela CREA e outros órgãos);

— no Setor Industrial (com elevada participação da iniciativa privada), investimentos previstos de Cr\$ 21.275 milhões, sendo de ressaltar: Siderurgia, Cr\$ 5.290 milhões; Indústria Química, Cr\$ 4.600 milhões; Indústria Mecânica, Elétrica e Eletrônica, Cr\$ 4.140 milhões;

— em Mineração, investimentos de Cr\$ 5.060 milhões (governo e setor privado). Em Pesquisa de Recursos Minerais, aplicações federais de Cr\$ 863 milhões (exclusive dos dispêndios da PETROBRAS);

— em Energia Elétrica, investimentos de Cr\$ 13.455 milhões (inclusive os principais programas dos Estados e do setor privado). Em Petróleo, investimentos de Cr\$ 7.855 milhões;

— em Transportes, investimentos federais de Cr\$ 12.500 milhões; e em Comunicações, de Cr\$ 4.025 milhões;

— em Habitação, investimentos de Cr\$ 15.525 milhões, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação;

— na Previdência Social, pagamento de benefícios da ordem de Cr\$ 30.820 milhões, inclusive dispêndios em assistência médica.

— Em Desenvolvimento Regional, investimentos governamentais no Nordeste e na Amazônia da ordem de Cr\$ 5.290 milhões e Cr\$ 1.081 milhões, respectivamente.

Paralelamente, lançaram-se as bases de três programas de proporções e interesse excepcionais para o País: o Programa de Integração Nacional, o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. O primeiro busca acrescer duas dimensões ao processo do desenvolvimento brasileiro: a ocupação econômica de cerca de 2 milhões de km² da Amazônia e a incorporação à economia de mercado de aproximadamente 13 milhões de habitantes da região semi-árida do Nordeste. Os dois últimos constituem importantes instrumentos para a formação, no Brasil, de uma sociedade economicamente aberta, com maior participação dos trabalhadores e servidores públicos no produto nacional.

As informações preliminares disponíveis sobre 1970 indicam que foram atingidas tôdas as principais metas

econômico-financeiras estabelecidas, sendo de realçar:

1) Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), entre as mais altas dos anos 60, na mesma ordem do elevado nível alcançado em 1969, ou seja, de 9,5%.

2) Mais baixa taxa de inflação da década, aquém da barreira dos 20%: o aumento do índice geral de preços, o indicador mais geral da inflação (como média ponderada dos índices de custo de vida na Guanabara, do custo de construção na Guanabara e dos preços por atacado), foi de 19,3%.

3) Mais alto nível absoluto da receita de exportações totais de mercadorias (cerca de US\$ 2.700 milhões); recorde absoluto, igualmente, de exportação de manufaturados, com US\$ 450 milhões.

4) Mais alto nível de reservas cambiais já registrado, na ordem de US\$ 1.200 milhões.

5) Mais baixo nível de déficit nesta década, na ordem de Cr\$ 738 milhões, em termos reais (preços constantes) e como percentagem do PIB (cerca de 0,4%). Esse déficit foi inteiramente financiado sem recurso a emissões.

6) Mais baixo nível de emissões, na década, em termos percentuais (23,4% em relação ao total emitido até 31 de dezembro de 1969).

É relevante salientar que tais resultados foram obtidos sem embargo da queda de aproximadamente 30% experimentada na produção de café e dos efeitos da seca que atingiu diretamente a agricultura do Nordeste.

Analisando esses resultados, cabe salientar que, conquanto ainda não disponível a estimativa completa, indicações preliminares mostram que o aumento verificado no PIB está associado a uma expansão industrial superior a 11% e a um crescimento do produto agrícola satisfatório.

No setor externo, registrou-se déficit de US\$ 376 milhões na conta corrente, mas considerável superávit global no balanço de pagamentos (US\$ 576 milhões), fortalecendo-se a posição do País, quanto a reservas e em face dos mercados financeiros internacionais.

Na área monetária, a expansão de meios de pagamento limitou-se a cerca de 25%, em comparação a 32% no ano anterior. Sem prejuízo dessa menor expansão monetária, o crédito ao setor privado pelo sistema bancário aumentou satisfatoriamente, na ordem de 31%.

Os aceites das sociedades de crédito e financiamento se elevaram de 40%. As operações de financiamento dos bancos de investimentos, de 78%. As operações deferidas pelo BNDE alcançaram o nível de Cr\$ 1.850 milhões, o mais alto já registrado pelo citado estabelecimento.

As Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentaram excepcional vitalidade, expressa no valor total dos títulos negociados durante o exercício, correspondente a Cr\$ 2.800 milhões e Cr\$ 1.800 milhões, respectivamente.

Em sentido geral, a política econômica foi conduzida, em 1970, com particular atenção quanto a seus efeitos sobre o emprego e a distribuição de renda, nas zonas urbana e rural. Os salários continuaram elevando-se em termos reais, com reajustamentos, nas principais categorias de trabalhadores, entre 24 e 26%, consideravelmente acima, pois, da elevação do custo de vida. O nível de emprego no Nordeste foi sustentado por meio das frentes de trabalho mantidas pelo Governo Federal, as quais chegaram a compreender cerca de 500.000 trabalhadores, envolvendo população total de quase 2,5 milhões de pessoas.

Em 1971, já se acham em plena vigência as "Metas e Bases para a Ação de Governo". Os programas e projetos prioritários ali definidos estarão em execução, sob a atenção especial de cada Ministério.

O desenvolvimento econômico e social será acelerado mediante a política sintetizada a seguir, que apresenta os objetivos nacionais para 1971 e a forma de alcançá-los.

Os objetivos básicos a serem atingidos são:

1) Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 8 a 10%, com expansão da taxa de aumento do emprego e melhoria da distribuição da renda nacional. É razoável esperar que a

produção de lavouras (inclusive café) aumente entre 9 a 11% e que a produção industrial se eleve de pelo menos 10%.

2) Nova etapa na redução progressiva da taxa de inflação, com vistas a fazê-la baixar a nível inferior a 10% ainda no mandato do atual Governo. Novamente, como em 1970, o efeito inflacionário do déficit deverá ser praticamente nulo. Os custos e preços dos serviços dos órgãos de Governo serão acompanhados de forma a evitar que constituam fator autônomo de inflação, e, quando possível, obter que contribuam para a sua contenção, pelo aumento da produtividade.

3) Elevação da receita de exportações à casa de US\$ 3.000 milhões, dos quais cerca de US\$ 600 milhões correspondentes a manufaturados. Pequena elevação das reservas do País, entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões.

Como prioridades nacionais, são de enumerar:

1) Efetivação da prioridade assegurada à Educação, Saúde-Saneamento, Desenvolvimento Científico-Tecnológico e Agricultura, por meio do programa de dispêndios públicos, naquelas áreas, correspondente à média anual, no quadriênio, de Cr\$ 6.870, Cr\$ 3.250, Cr\$ 420 e Cr\$ 3.450 milhões, respectivamente (a preços de 1971).

2) Entrada em pleno vigor do Programa de Integração Nacional, que, na sua primeira fase, já deflagrou a construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Iniciar-se-ão, este ano, a colonização e os demais programas de apoio ao desenvolvimento da região. A estratégia para a Amazônia, que inclui o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivos fiscais e da Zona Franca de Manaus, objetivará "integrar para desenvolver".

O Programa de Integração Nacional será, ainda, instrumento de transformação da agricultura do Nordeste, pela adoção de novas medidas e projetos, para aumento de produtividade e maior absorção de mão-de-obra. Simultaneamente, será consolidado o processo de industrialização, inclusive com a implementação de grandes projetos para aproveitamento dos re-

curiosos minerais da região (sal-gema, cobre, potássio etc.)

Os incentivos fiscais deverão proporcionar ao Nordeste e à Amazônia Cr\$ 1.500 milhões (inclusive o PIN). Os investimentos diretos do Governo Federal serão da ordem de Cr\$ 1.600 milhões. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios proporcionará às duas regiões cerca de Cr\$ 800 milhões e o Fundo Especial, Cr\$ 170 milhões.

3) Início de implementação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PFPPS), que deverão dispor de recursos da ordem de Cr\$ 500 milhões e Cr\$ 300 milhões, respectivamente. Tais recursos irão atender novos programas de apoio ao setor privado, principalmente na indústria.

A estratégia do desenvolvimento confia aos setores diretamente produtivos, sob a responsabilidade da empresa privada, notadamente a indústria e a agricultura, a iniciativa de impulsionar o processo de crescimento, de forma integrada.

A agricultura, mediante os excepcionais incentivos assegurados — pelos preços mínimos compensadores, pela redução de impostos sobre insumos modernos, pelo crédito abundante e a juros baixos, e pelos programas governamentais de consolidação da infraestrutura agrícola, — deverá ter muito bom desempenho, em condições climáticas favoráveis.

Na indústria, além do impulso que terá o Programa Siderúrgico Nacional, com investimentos, no exercício, de Cr\$ 700 milhões, e do Programa de Construção Naval, com investimentos de Cr\$ 800 milhões, serão implantados todos os instrumentos da nova política industrial recentemente anunciada pelo Governo; sensível redução do prazo de análise de projetos, em virtude da reestruturação do CDI; equalização das condições de compra de equipamentos nacionais em relação aos estrangeiros, pelo crédito fiscal do valor correspondente ao IPI e ao ICM, e pela concessão de financiamento a prazo entre 5 e 10 anos, mediante novas linhas de crédito na Caixa Econômica Federal, BNDE e Banco do Brasil; reorganização e modernização

industrial, financiadas pelo FMRI (BNDE), já criado, e pelo Fundo de Mercado de Capitais, a ser instituído.

Será dada prioridade, por outro lado, à criação de novas estruturas, eficientes e modernas, na comercialização de produtos agrícolas e industriais.

O entrosamento da atuação federal com a dos Estados se fará, sobretudo, mediante:

1) O estabelecimento de mecanismos, práticos e sistemáticos, para a compatibilização entre a programação nacional do desenvolvimento e os planos dos Estados, para a observância de prioridades nacionais e para a atuação consistente das diferentes esferas de Governo, em suas respectivas áreas de competência.

2) O fortalecimento da orientação no sentido da atuação integrada entre a União e os Estados, no campo fiscal e nos principais setores. Em cada uma das áreas comuns de atuação — Educação, Saúde, Saneamento, Agricultura, Transportes, Comunicações, Energia Elétrica, etc. — será estabelecida divisão de trabalho e definido esquema de cooperação financeira e técnica.

Prosseguir-se-á na progressiva implantação da nova política de pessoal do serviço público, consubstanciada na Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabeleceu diretrizes para a classificação de cargos, e no Decreto n.º 67.561, de 12 de novembro de 1970, que estabeleceu o plano para execução da política salarial do Governo.

São os seguintes os aspectos da política fiscal e monetária dignos de menção:

1) Execução do orçamento de 1971 aos níveis previstos de receita e despesa de Cr\$ 22.310 e Cr\$ 23.100 milhões, respectivamente, com um déficit de apenas Cr\$ 790 milhões, correspondente a cerca de 0,4% do PIB, sem qualquer aumento de impostos. Continuação da política de austera contenção das despesas burocrático-administrativas, pelo controle de custos, aumento de eficiência, eliminação de dispêndios e órgãos dispensáveis, coordenação de atuação em áreas comuns a diversos Ministérios e entidades.

2) Eliminação dos fundos de contenção, no exercício de 1971. O “jogo da verdade”, na área orçamentária, já irá permitir que, a partir de agora, graças ao esforço da Revolução, a programação de caixa corresponda ao próprio orçamento. Assume este, portanto, o papel de constituir o próprio programa de Governo, no tocante aos dispêndios financiados com recursos do Tesouro.

O aumento do funcionalismo, por outro lado (Decreto-lei n.º 1.150, de 3 de fevereiro de 1971), não afetará o nível do déficit, pois será financiado com recursos de origem orçamentária, sem aumento do dispêndio global.

3) Continuação do esforço sistemático de redução da taxa de juros cobrada no financiamento às atividades diretamente produtivas, com progressiva diminuição de custos do sistema financeiro, inclusive pela fusão de instituições, onde necessária à obtenção de escala econômica. Execução de política monetária e de crédito capaz de sustentar, sem descontinuidade, os altos níveis de produção e emprego esperados, com utilização do “open market” e dos demais instrumentos para manter o aumento anual dos meios de pagamento em cerca de 20%.

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Fazenda

O comportamento da economia brasileira durante 1970 caracterizou-se, mais uma vez, pelos resultados positivos alcançados na consecução de seus três principais objetivos no campo econômico-financeiro: redução gradativa das pressões inflacionárias; manutenção de altas taxas de expansão da economia; e aumento gradativo da independência no que tange às relações econômicas externas. Tais resultados derivam, em essência, de aperfeiçoamento contínuo na utilização dos instrumentos disponíveis e de um nível cada vez melhor dos mecanismos de sua coordenação. Inegável, ainda, o efeito de uma estabilidade crescente no campo político, variável básica no processo de crescimento brasileiro.

No decorrer do ano findo, manteve a economia sua tendência para a expansão, demonstrando resultados dos mais significativos quanto ao cresci-

mento dos seus diferentes setores. A síntese de seu desempenho consubstancia-se nos valores assumidos pelo produto real que, segundo resultados preliminares calculados pela Fundação Getúlio Vargas, apresentou crescimento da ordem de 9,5%, constituindo assim taxa das mais elevadas na história de nosso desenvolvimento e que se compara favoravelmente com as registradas na grande maioria dos países.

Tal resultado reflete um crescimento de 11,1% no setor industrial, de 9,0% no setor comercial e de 15,0% no setor de transportes e comunicações.

O setor agrícola, não obstante considerável redução na dimensão da safra cafeeira e as fortes secas sofridas pela região nordestina, conseguiu ainda experimentar uma taxa de crescimento satisfatória. Dos dezoito principais produtos agrícolas, excluindo-se o café, o incremento se eleva a 13,3%, demonstrando o alto dinamismo do setor primário em face dos estímulos gerados tanto pela ação do poder público quanto pelo próprio comportamento do mercado. É de se destacar a política realista adotada pelo Governo quanto à fixação dos preços mínimos de garantia. Paralelamente, várias medidas de incentivo ao setor agrícola contribuíram de maneira efetiva para que se atingissem tais resultados.

O setor industrial, segundo estimativas ainda preliminares, apresentou continuidade de expansão, denotando o amadurecimento crescente do parque manufatureiro nacional. O crescimento da atividade industrial do ano findo resultou, na sua maior parte, de um crescimento da capacidade produtiva e não somente da diminuição da capacidade ociosa. No setor, a indústria de construção civil continua em realce, como uma das mais dinâmicas, revelando o sucesso da política de intensa mobilização de recursos destinados à resolução do problema habitacional brasileiro. No que concerne à indústria de transformação, vários foram os setores que alcançaram taxas de expansão superior aos 15%: borracha, produtos de matérias plásticas, minerais não metálicos, química e material de transporte. Tal desempenho revela, em sua

essência, a forte expansão de mercado, resultado último da correta formulação e execução das políticas de desenvolvimento regional, de salários, de expansão de emprego e de estímulo às exportações.

O comportamento invulgar, em relação às tendências dominantes no comércio exterior brasileiro até à Revolução, continuou a se fazer presente ao longo do ano de 1970. A balança comercial brasileira indicou, nesse período, um **superavit** de 545 milhões de dólares, contribuindo, de forma decisiva, para o excepcional soerguimento do crédito externo, baseado em níveis de reservas internacionais da ordem de 1,2 bilhões de dólares.

As exportações de mercadorias apresentaram um total, em valores FOB, de 2.739 milhões de dólares contra 2.260 em 1969. Essa expansão, acima de 17%, constitui, em verdade, uma das chaves mestras da estratégia de crescimento. É importante notar que os ganhos observados resultaram, principalmente, de melhoras no comércio de manufaturas e de café em grão, ainda que, no nível agregado, os demais produtos agrícolas tenham apresentado saldos favoráveis. A observação do importante desempenho dos produtos manufaturados ressalta dois fatos importantes: em primeiro lugar, o aumento geral em todas as classes e em todos os principais componentes; em segundo, a existência de intensa diversificação, na medida em que os itens numericamente menores cresceram, em geral, à taxa mais elevada que as médias. Finalmente, cabe observar a firmeza de expansão das linhas já tradicionais de exportação.

Tal resultado, não é de mais lembrar, deriva da continuidade da aplicação da política flexível nos reajustamentos cambiais e de firme condução e aperfeiçoamento dos mecanismos de estímulo a esse setor.

Quanto às importações de mercadorias, situadas ao nível FOB de 2,45 bilhões de dólares, revelam acentuado dinamismo em face do valor de 1,96 bilhão de dólares verificado no ano de 1969. Cabe acentuar que os dados globais subestimam a profunda intensidade no processo de incorporação à economia nacional de equipa-

mentos e matérias-primas destinadas à expansão do produto, de vez que continuou a se processar intensa substituição das importações de trigo, item importante na pauta tradicional de importações brasileiras, pela produção nacional.

A evolução dos preços obedeceu à tendência declinante, ordenada e gradual, da política formulada pelo Governo. Assim é que, não obstante a liberação dos preços dos produtos siderúrgicos e o crescimento verificado nos preços do café e da carne, os índices gerais de preços demonstraram, em 1970, incremento de 19,3% para o índice de disponibilidade interna contra 20,1% em 1969.

O índice de custo de vida, segundo os levantamentos da Fundação Getúlio Vargas para a Guanabara, tiveram um incremento de 20,9%, sensivelmente inferior à variação de 24,2% em 1969. Da análise da evolução dos diferentes itens do custo de vida conclui-se que, na evolução dos preços a partir de 1964, os setores que têm exercido pressão mais expressiva são, respectivamente, os de serviços públicos e de habitação, enquanto o setor alimentação, em apenas um ano (1969) do período analisado, esteve acima da média observada pelo custo de vida global.

Quanto aos preços por atacado, observa-se uma tendência nos últimos sete anos de inversão anual entre as posições dos setores agrícola e industrial, decorrente basicamente do desempenho das safras agrícolas. Assim, no início de 1970 verificou-se pressão mais acentuada no crescimento dos preços industriais e outra, moderada, durante o segundo semestre. No setor agrícola, ocorreu praticamente o inverso. A combinação desses movimentos permitiu, no encerramento do ano, uma prática compatibilização do crescimento de preços nos dois setores.

A execução da política monetária, em 1970, mostrou até que ponto é possível compatibilizar progressiva redução da taxa de inflação com elevadas taxas de crescimento do produto. Nesse processo, certamente o controle da expansão da oferta de meios de pagamento, em cerca de 25%, responde por substancial parce-

la do êxito da política (recorde-se que, em 1969, a oferta de moeda cresceu de 32,8% e, em 1968, de 43%).

Nas variáveis básicas determinantes do comportamento dos meios de pagamento no decorrer de 1970, o **deficit** do Tesouro expandiu-se em 738 milhões de cruzeiros, sendo inteiramente financiado pelo público. Um segundo dado importante foi o impacto das operações cambiais decorrente do elevado saldo do Balanço de Pagamentos, que levou as autoridades a aplicar Cr\$ 2.520 milhões em compras de divisas. Terceira fonte de pressão significativa foram os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado (Cr\$ 2.793 milhões), especialmente no tocante ao financiamento da safra agrícola (Cr\$ 1.058 milhões).

A política fiscal demonstrou seu relevante papel como instrumento de aumento da taxa de utilização da capacidade produtiva dos vários setores da economia e de transformação do **deficit** de Caixa do Tesouro em fator de muito pequeno significado no contexto inflacionário. As prorrogações de prazo de recolhimento de impostos (IPI e ICM), bem como a isenção de impostos e ampliação do campo de incentivos fiscais, foram elementos importantes de fortalecimento empresarial, refletindo-se nos notáveis resultados obtidos, tanto no que se refere ao produto como às exportações. Devem-se ressaltar as medidas adotadas no final do ano e tendentes a estimular os investimentos no setor industrial, como a reformulação dos critérios de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e a utilização de crédito de impostos relativos à aquisição de equipamentos nacionais.

Destaquem-se, finalmente, as várias medidas tomadas para a adequação do sistema tributário nacional à realidade sócio-econômica brasileira. Merece especial menção a criação do Plano de Integração Nacional, a criação do Fundo de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, integrando os trabalhadores e funcionários às suas entidades e permitindo a formação de patrimônio, com recursos provenientes das receitas das empresas e do Governo.

No tocante ao controle da inflação, a redução nominal do **deficit** do Te-

souro e seu financiamento não inflacionário, torna este um dos menores fatores de tensão sobre os preços. Deve-se notar que tal resultado deriva, em parte, do significativo nível de crescimento da arrecadação dos principais impostos da União, que em valores nominais cresceram em 38%. Destaque-se aí um crescimento de 28% na arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, de 29% na do imposto de renda, de 101% na do imposto sobre energia elétrica, de 54% na do imposto único sobre minerais e de 23% na do imposto sobre importações.

Observe-se, ainda, que a relação do **deficit** do Tesouro com o PIB vem caindo ano a ano. Assim, em 1970, esse **deficit** representou cerca de 0,4 do PIB, enquanto em 1969 a relação foi de 0,6.

Transportes

Dentro do objetivo da consolidação do esforço realizado no campo da infra-estrutura econômica no período pós-revolucionário, foram os transportes incluídos na estratégia de desenvolvimento com o objetivo de assegurar rápida aceleração do crescimento em caráter essencialmente auto-sustentável, conforme preconizam as "Metas e Bases para a Ação de Governo".

As necessidades relativas à Segurança Nacional e à Integração Territorial têm sido atendidas, levando-se em conta os objetivos fixados pelas políticas de Desenvolvimento e de Segurança e considerando-se a interdependência e interligação entre elas existentes.

Com apoio nesse dado fundamental, visou a Política Nacional de Transportes adotada, basicamente, a garantir ao País infra-estrutura adequada e harmônica, bem como permitir a operação integrada e eficiente das várias modalidades de transportes, segundo métodos e processos racionais. No que se refere ao atendimento de áreas virgens ou prioritárias, procurou-se associar o planejamento dos transportes a projetos vinculados às atividades extrativas, agrícolas ou de colonização.

Quanto aos usuários, estimulou-se-lhes a liberdade de escolha da modalidade de transporte de sua preferência, mediante a alternativa de meios

disponíveis, exigindo-se, entretanto, preços realistas dos serviços prestados, de modo a cobrir, pelo menos, seus custos.

A par disso, incentivou-se a superação das insuficiências qualitativas e quantitativas estruturais e de exploração, com vistas à obtenção de maior eficiência e redução dos custos dos serviços, mediante melhor aproveitamento do pessoal. Concentrando recursos em obras prioritárias, atendeu-se, por outro lado, com maior urgência, às necessidades de áreas mais desprotegidas, sem perder de vista o objetivo da auto-suficiência econômica das empresas.

Empenhou-se, por fim, o Governo na redução progressiva dos **deficits** apresentados por algumas entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes, pelo aproveitamento mais judicioso e oportuno dos recursos financeiros e pela obtenção de maior taxa de produtividade administrativa e operacional.

Dentre as providências de âmbito geral, capazes de propiciar os meios indispensáveis à maior dinamização do setor dos transportes, que foram adotadas pelo Governo no ano que findou, cabe mencionar: a) anteprojeto de reformulação do Plano Nacional de Viação, o qual, além dos fatores econômicos, leva em consideração as prioridades de caráter geopolítico, social, administrativo e de colonização pioneira, prevendo-se a sua implantação por meio dos Orçamentos Plurianuais de Investimentos, inseridos no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social; b) elaboração do "Anuário Estatístico dos Transportes", com síntese numérica de dados concernentes a todos os órgãos setoriais e outros, ligados ao estudo e planejamento dos transportes em geral; c) estudo integrado dos transportes na área do médio São Francisco, entre as localidades de Pirapora e Juazeiro; d) estudo dos transportes no Estado da Bahia e nas áreas portuárias dos Estados do Paraná e Santa Catarina; e) revisão e atualização dos Planos Diretores Rodoviários, elaborados para os Estados do Sul, e do Plano de Ação Ferroviário.

No campo dos transportes ferroviários, prosseguiu-se a política traçada

a partir de 1964 e cujo objetivo fundamental é a definitiva recuperação desse importante setor da economia nacional mediante a eliminação gradativa de uma série de distorções acumuladas ao longo dos anos e resultados de diversos fatores conjunturais. Assim, vencendo interesses contrários e vícios administrativos passados, mercê de política austera e realista mantida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pela Rede Ferroviária Federal S.A., perseverou-se no esforço dos últimos anos no sentido de obter: a erradicação das linhas férreas antieconômicas; a redução do efetivo de pessoal ao estritamente necessário; a eliminação da prestação de serviços gratuitos; a reorganização da máquina administrativa nos moldes da reforma preconizada pelo Decreto-lei n.º 200, de 1967; a adoção de métodos e processos modernos de trabalho, mediante, inclusive, o emprêgo de computadores eletrônicos; o aperfeiçoamento do elemento humano pela seleção, treinamento e remuneração condizente com a importância da função; o reajuste de tarifa a níveis compatíveis com as variações do índice geral de preços; a aquisição de estudos de viabilidade técnico-econômica para todos os novos empreendimentos ferroviários; o melhoramento dos níveis operacionais das ferrovias e dos serviços prestados, visando à conquista da preferência dos usuários.

Consoante o plano quinquenal para a remodelação da via permanente, foram remodelados 800 km de linha, com substituição de 1000 km de trilhos. Nos serviços de conserva e remodelação de via foram aplicados 3.700.000 dormentes, soldados 600 km de trilhos e consumidos 1.200.000 m³ de pedra britada no lastro.

O parque de material rodante e de tração foi acrescido de 4 locomotivas diesel elétricas, 30 vagões-tanques de 43.000 m³ e 472 vagões-graneleiros, achando-se, ainda, em fabricação ou já encomendado pela RFFSA o seguinte equipamento: 100 locomotivas GM encomendadas a Espanha; 153 vagões-graneleiros; 100 vagões para açúcar a granel; 150 vagões para minério; 100 vagões car **dumper** para minério; 17 vagões para transporte de automóveis; 2.000 vagões diversos (em encomenda).

Com um acréscimo de 7% na movimentação de mercadorias, superou a RFFSA o resultado excepcional obtido no ano anterior, transportando cerca de 13 bilhões de toneladas-quilômetro de carga. O notável êxito alcançado deve-se, primordialmente, ao acréscimo da tonokilometragem no transporte de minério de ferro, produtos siderúrgicos e derivados de petróleo, cujos acréscimos de 11%, 69% e 78%, respectivamente, resultaram de ação comercial bem estruturada, da adoção de tarifas adequadas e da ampliação do parque de vagões. Servindo de veículo de ligação para as ferrovias do Uruguai, Argentina e Bolívia, a RFFSA movimentou mais de 100 mil toneladas de mercadorias comercializadas entre o Brasil e aqueles países. Incrementou-se a técnica de transporte de mercadorias em "containers", registrando-se acréscimo superior a 24% em relação ao período anterior, seja no que concerne ao número de unidades movimentadas ou à carga útil transportada. De acordo com a política de erradicação de ramais antieconômicos, suprimiram-se 161 km de linha, com o fechamento ou a transformação, em parada, de 43 estações.

Para 1971, prevê-se a elaboração de estudos e projetos num total aproximado de Cr\$ 5.000.000,00 e o prosseguimento e conclusão de várias obras que atingirão o montante de cerca de Cr\$ 550.000.000,00.

No setor rodoviário, destaca-se o prosseguimento do intenso esforço desenvolvido pelo DNER na construção e pavimentação de um conjunto de rodovias básicas, de alto conteúdo prioritário para a interligação das diversas regiões brasileiras e destas com os países vizinhos, tendo-se, assim, conseguido entregar à economia nacional importantes segmentos rodoviários de uma rede que compreende hoje 23.674 km pavimentados e 29.493 km não pavimentados, num total de 53.167 km. Acha-se, outrossim, em desenvolvimento rigoroso plano de construção de estradas dentro do Programa de Integração Nacional, concebido pelo Governo para a redenção do Nordeste e da Amazônia, de que são exemplos principais as rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém.

Esses empreendimentos estão sendo executados com recursos internos bem

como expressivos financiamentos externos, oriundos de acordos celebrados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, abrindo-se, assim, para a economia nacional perspectivas altamente promissoras.

Cónsagra-se ao planejamento rodoviário a maior atenção, com vistas a racionalizar a execução das obras, sendo de destacar, a respeito, as seguintes providências: elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômica de 3.176 km de rodovias e de 2.917 km de projetos finais de engenharia, em proporção superior aos do ano anterior; criação do Setor de Pesquisas Estatísticas e Econômicas, que vem preencher uma lacuna na estrutura de planejamento do DNER; criação do Centro de Planejamento Rodoviário da Amazônia (CEPAM), destinado a ser um órgão de grande expressão no campo de estudos dos transportes em região equatorial, com objetivo de realizar projetos, pesquisas técnicas adequadas à região selvática e treinamento de pessoal; elaboração de um Plano Quinquenal de Pesquisas Rodoviárias, em fase de consultas a todos os órgãos interessados do País; especificações gerais para Obras Rodoviárias, em vias de elaboração definitiva, após um período de revisão durante todo o exercício; elaboração do Regulamento de Transportes Coletivos.

A análise retrospectiva das obras executadas em 1970 revela que foram implantados 1.672 km de novas rodovias, pavimentados 2.330 km e construídos 6.069 m de obras de arte especiais.

Cabe ressaltar ainda no setor rodoviário: a) a construção das pontes Rio—Niterói, ligando dois grandes centros econômicos do País, e Propriá—Colégio, sobre o rio São Francisco, na divisa entre os Estados de Alagoas e Sergipe; b) o início de grande plano de construção e pavimentação de rodovias numa extensão de mais de 5.000 km, no qual sobressaem as construções em nove Estados da Federação, as Rodovias Multinacionais e, em especial, o prosseguimento das obras do Programa de Integração Nacional, que tem nas rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém a sua expressão de maior im-

portância nas ligações do Nordeste à Amazônia e desta ao Centro-Oeste.

Na área de operações merece destaque: a implantação do sistema de conservação de rodovias, por contratação, numa extensão inicial de 2.300 km; a celebração dos contratos para aquisição e montagem do equipamento destinado à cobrança de pedágio em 4 postos, na Rodovia Presidente Dutra; o reequipamento da Polícia Rodoviária; a aquisição de equipamentos analisadores de fumaça para medir o escapamento dos veículos, o que será de grande auxílio na luta contra a poluição.

Em 1971 prosseguirão tôdas as obras em andamento, notadamente as previstas no Programa de Integração Nacional, consideradas da mais alta prioridade, bem como terá início a rodovia litorânea entre o Rio de Janeiro e Santos, de grande expressão regional.

No setor da marinha mercante a SUNAMAM, no exercício de sua função disciplinadora e reguladora da navegação de longo curso, cabotagem e interior, bem como financiadora da armação nacional, empenhou-se por: a) melhorar a estrutura e eficiência da navegação de cabotagem e interior, a coordenação do transporte nacional de graneis, assim como a formação do pessoal habilitado para o setor; b) consolidar a indústria naval, com o objetivo de dotar os estaleiros de construção e reparos das condições técnicas e econômicas compatíveis com a demanda crescente do mercado interno, bem como intensificar a exportação de navios, aproveitando-se a saturação dos estaleiros europeus e japoneses.

Dentre os fatos mais significativos ocorridos no setor durante o período, são de mencionar: a expedição dos atos oficiais reformuladores da legislação básica da SUNAMAM e do Fundo de Marinha Mercante, os quais também estabeleceram, em termos objetivos, a política de construção e reparos navais, mediante programa quinquenal de construção de embarcações em torno de 1.600.000 toneladas de porte bruto (TPB) no valor aproximado de 1 bilhão de dólares, compreendendo navios de mais de 100.000 TPB e a construção de um dique com capacidade de docagem de até 400.000 TPB; o reconhecimento

pela ONU, em maio de 1970, do direito de reserva de carga, base da política de fretes da Marinha Mercante Brasileira; a disciplina do tráfego Brasil/EE.UU., há muito desejada; a recuperação econômico-financeira e operativa do Lloyd Brasileiro e do Serviço de Transporte da Baía da Guanabara (STBG); a regularização do tráfego entre o Brasil e a Argentina.

Prosseguindo a política de expansão da Bandeira brasileira, com a finalidade de transportar cada vez maior percentagem das cargas provenientes do nosso comércio de importação e exportação, mantiveram-se e ampliaram-se as linhas marítimas regulares para o exterior, mediante estímulos a empresas de navegação nacional selecionadas, com vistas a poderem prestar serviços de transportes mais eficientes e a custos mais reduzidos.

A participação da Bandeira brasileira no comércio exterior, no período de janeiro a setembro de 1970, foi sensivelmente superior à de igual período do ano precedente, tendo-se verificado os seguintes resultados:

- na **exportação**: 21,5% do frete total (US\$ 264,9 milhões) e 17,1% na tonelagem transportada (28,6 milhões de toneladas);
- no **movimento geral**: 36,7% do frete total (US\$ 473,7 milhões) e 33,7% na tonelagem transportada (48,3 milhões de toneladas). A estimativa do movimento total até 31 de dezembro é de US\$ 580.000.000,00, correspondente ao transporte de 60.000.000 de toneladas.

No âmbito da cabotagem, procedeu-se ao escoamento, por via marítima, de parte ponderável da produção de trigo nacional (safra 1969/70), quando foram mobilizados 45 navios de portes diferentes, no total de 89 viagens, pelas quais foram transportadas 426.000 toneladas de cargas do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre para os principais portos do País.

A navegação interior (fluvial e lacustre) também está sendo ampliada e renovada em tôdas as nossas bacias hidrográficas.

No ramo da construção naval foram financiados pela SUNAMAM numerosas construções navais, inclusive para a PETROBRÁS. As embarcações lançadas ao mar totalizaram 127.200 TPB, além de algumas já em operação

na Amazônia e no rio São Francisco. Acham-se em construção, em estaleiros nacionais, 546.700 TPB de navios, além de rebocadores, chatas, ferry-boats e lanchas de passageiros.

No ano de 1971 pretende-se realizar, entre outras atividades, as seguintes: estudo do redimensionamento das frotas de longo curso e cabotagem; ampliação da exploração de certas áreas do tráfego marítimo; reformulação da antiga Conferência de Fretes da Área das Caraíbas; estudo de medidas para facilitar e incrementar a navegação fluvial e lacustre; estudo sobre a adequação da indústria de reparos navais à futura dimensão da frota mercante brasileira; prosseguimento das construções navais em curso.

O setor de Portos e Vias Navegáveis, sob a responsabilidade do DNPVN, mereceu e continua a merecer a maior atenção por parte dos Governos da Revolução, revelando-se considerável o que já se fez para recuperar definitivamente êsse importante setor da economia nacional. Com êsse fim, foram em 1970 os seguintes principais objetivos colimados: aumento de produtividade e modificação do sistema operativo dos portos, mediante estudos visando à instituição de Sociedades de Economia Mista para explorá-los economicamente; modernização da atividade portuária, reduzindo-se os custos operacionais, dinamizando-se os serviços e estimulando-se a construção de terminais especializados; implantação do tráfego recíproco, com a integração dos serviços do trinômio ferrovia — porto — marinha mercante; ampliação, reequipamento e dragagem de manutenção e aprofundamento dos portos existentes; melhoramento das condições de navegabilidade dos diferentes cursos de água e construção de barragens eclusadas.

Com vistas a propiciar ao setor melhores condições de operacionalidade e dinamismo, foram levados a efeito numerosos estudos e projetos de construção, expansão e transformação de portos, de construção de "pier", de navegabilidade de rios, de construção de barragens etc.

Num esforço para aumentar a produtividade portuária pela modernização das condições de operacionalidade, acham-se adiantados os trabalhos de implantação de vários terminais

especializados, tais como os relativos a cofres de carga (containers), no Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá; a sal, em Areia Branca; a fertilizantes, em Santos; a açúcar, em Maceió; a cacau, em Ilhéus; a cereais, em Paranaguá; a carvão, em Imbituba; e a derivados de petróleo, em Paranaguá.

Realizou-se a dragagem de vários portos, como os de Recife, Angra dos Reis, Santos, Paranaguá e Rio Grande, num total de quase 5 milhões de metros cúbicos, bem superior ao do ano passado.

Várias outras obras de vulto tiveram prosseguimento, dentro da política voltada para o melhoramento das condições de operatividade dos portos, tais como: a construção do espigão protetor da praia de Iracema, CE; a construção do quebra-mar para a tranquilização do porto de Recife, PE; o prolongamento do quebra-mar de Salvador, BA; as obras do porto de Itaqui, MA; as obras de ampliação dos portos de Maceió, AL, e Paranaguá, PR; as obras de terraplenagem e urbanização da enseada de São Bento, no porto de Angra dos Reis, RJ; a instalação das redes elétricas e respectivos equipamentos para distribuição de energia nos portos de Belém, Mucuripe, Salvador, Rio Grande e Porto Alegre.

Prosseguiu-se na construção das eclusas de Boa Esperança, concluindo-se as escavações e dando-se início à montagem. Tiveram prosseguimento os trabalhos de melhoramento das condições de navegabilidade do médio São Francisco, havendo sido feita a dragagem das passagens mais difíceis e instalado um serviço de balizamento entre Pirapora e São Francisco, numa extensão de 235 km, aos quais se somarão mais 400 km, já iniciados.

No sistema Jacuí-Taquari construiu-se a barragem e eclusa do Fandango, estando em execução as de Anel de Dom Marco e de Bom Retiro do Sul, de forma a assegurar um calado mínimo permanente de 2,50m. Com a execução da barragem e eclusa de Amarópolis, ficarão concluídos os trabalhos de canalização de todo o sistema, sendo assim possível utilizar modernos comboios de empurra ou grandes automotores, em condições de escoar a produção da área, desde os seus terminais fluviais até o porto de Rio Grande.

Tôda a bacia do Paraná é objeto de grandes obras de aproveitamento hidrelétrico, que proporcionarão sensíveis melhoramentos à região no que concerne à navegação. O rio Tietê será aproveitado como via navegável para embarcações de até 1.500 TPB, já havendo sido contratadas a fabricação e a montagem do equipamento mecânico para a barragem de Barra Bonita e concluídas as obras civis da eclusa de Ibitinga, enquanto se prossegue a construção das eclusas de Promissão e Jupiá e se elabora o projeto de Laras.

Deverão prosseguir em 1971 a política de restauração das atividades portuárias e tôdas as obras em execução; de acôrdo com o cronograma elaborado.

Agricultura

Em 1970, o aumento da produção agrícola foi favorável, situando-se na ordem de 6 a 7% em relação ao ano anterior.

Em média, vem a lavoura contribuindo, nos últimos anos, com, aproximadamente, 60% do produto agrícola nacional.

A êsse respeito, a soja e o trigo foram os produtos que mais se destacaram. O primeiro apresentou aumento de produção da ordem de 42% e o último, de 50,8%.

Em relação à pecuária, é de assinalar que a política de estímulo à bovinocultura e a retirada da intervenção governamental em diversos frigoríficos, com o consequente retôrno dos preços aos níveis de mercado após vários anos de contenção, muito contribuíram para o desenvolvimento do setor. Outrossim, o incremento da avicultura e da suinocultura determinou o deslocamento da demanda da carne bovina para aquelas fontes de produtos protéicos. Todavia, a resposta da pecuária, notadamente da bovinocultura, a incentivos econômicos, não se fez sentir tão rapidamente quanto a resposta das lavouras, devido aos respectivos ciclos produtivos e econômicos. Deve-se, porém, consignar que a exportação de carne, nos dois últimos anos, se expressou, em toneladas, pelas seguintes cifras:

Carne	1970	1969
Congelada	98.310	77.564
Industrializada	16.552	15.241
	114.862	92.805

Verificou-se, pois, aumento de 23,7%, de um ano para o outro.

Especial realce se deu à política de preços mínimos, que assegura ao produtor o financiamento e mesmo a aquisição pelo Govêrno dos principais produtos agrícolas de forma compatível com os custos de produção e a realidade do mercado. Os preços dos diversos produtos foram fixados para as várias regiões do País e divulgados com suficiente antecedência para que o agricultor pudesse tomar suas decisões quanto ao plantio.

Com isso se teve em mira, principalmente:

- a interiorização da política de preços mínimos, fazendo o produtor ciente dos seus benefícios;
- o estímulo às lavouras cuja produtividade deva ser melhorada;
- o contingenciamento e a diversificação do produto agrícola, de maneira a ajustá-lo às condições de mercado interno e externo.

É digna de referência a situação altamente favorável que, durante o período, alcançaram os nossos principais produtos agrícolas, pois em confronto com os preços do mercado internacional apenas o arroz e os produtos lácteos não se mostraram competitivos. Esse fato põe em evidência o nível atingido pela agricultura brasileira, considerando-se que no mercado externo competem países onde a agricultura é de grande eficiência e muitas vezes subsidiada.

Lançou-se, na região Centro-Sul, a Campanha da Produtividade, visando a estimular o produtor, mediante informações sobre as melhores alternativas em termos de culturas para a safra 1970/71, sobre as linhas de crédito rural disponíveis e sobre a política de preços mínimos.

Uma das finalidades básicas do incentivo à produção foi romper a sequência "safra abundante, safra frustrada", buscando-se minimizar as deficiências da comercialização, que normalmente ocorrem quando do excesso de oferta e consequente aviltamento de preços.

Na emergência da seca do Nordeste, graças à ação desenvolvida pela SUNAB e pela COBAL na coordenação do abastecimento, inclusive nas frentes de trabalho, foi possível aten-

der satisfatoriamente ao consumo de gêneros de primeira necessidade, considerando-se a anormalidade da situação.

No que concerne à COBAL, prevaleceu, no período, a orientação de restringir sua atuação nos grandes centros consumidores, onde a iniciativa privada já desenvolve ação substancial.

Por outro lado, é de ressaltar o aumento do número de localidades servidas por aquela empresa, especialmente em áreas prioritárias do Norte e Nordeste, mediante a instalação pioneira de auto-serviços móveis de abastecimento, que percorrem o interior do País, utilizando-se para tanto não só da via rodoviária e ferroviária, como também da fluvial.

Em consequência, durante o ano de 1970 o número de localidades atendidas pela COBAL aumentou em 202%, passando de 348 para 704.

A seu turno, a ação da CIBRAZEM foi orientada em termos de ação supletiva da iniciativa privada, especialmente nos quatro Estados do Sul, onde condições particulares permitem que o órgão se retraia, no que concerne à execução da política de armazenagem.

Nas áreas de estrutura de armazenagem ainda deficiente, mas de grande produção, a CIBRAZEM cumpriu as suas finalidades mediante a utilização de armazéns infláveis de grande mobilidade, que foram importados. A essa aquisição acrescenta-se a compra de armazéns metálicos desmontáveis, que também permitiram solucionar problemas de escoamento e armazenagem de safras abundantes.

O cooperativismo será dinamizado com base na nova legislação a respeito, a cujos estudos se procedeu no período, devendo o projeto de lei respectivo ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso no início da legislatura.

A determinação governamental no sentido da plena utilização do potencial de pesca do País, para o atendimento das necessidades de proteínas da população nacional e como fonte geradora de divisas, conduziu inicialmente à concessão de incentivos fiscais para projetos de pesca.

Verificou-se, contudo, que os cento e trinta projetos apresentados à SUDEPE não compunham conjunto harmônico, que contemplasse todas as

fases orgânicas de um programa integrado de desenvolvimento da pesca. Por essa razão foi suspensa a apresentação de novos projetos, até que esteja concluída a tarefa de compatibilização dos atuais projetos e de caracterização de necessidades adicionais, que serão objeto de futuros projetos.

Foi significativo, por outro lado, o desenvolvimento da prestação de serviços de suporte à captura do pescado e de sua industrialização e distribuição, sobretudo em Santos, no complexo Rio—Niterói, na costa de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em especial no Porto do Rio Grande.

Ainda com referência à pesca, merecem menção os trabalhos desenvolvidos, conjuntamente pela SUDEPE e CIBRAZEM, com a finalidade de amparar a pesca artesanal em zonas pioneiras ou menos desenvolvidas, como as regiões Norte e Nordeste do País. Tais trabalhos implicam na instalação de câmaras frigoríficas que em muito contribuirão para o ajustamento da oferta de pescado às necessidades de mercado. Como consequência, evitar-se-ão as acentuadas flutuações de preços que se têm constituído em um dos principais entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal.

Objetivando melhor atender às necessidades de ampliação, conservação e utilização das reservas florestais do País, procedeu-se à modificação da legislação florestal para o fim, entre outros, de conceder incentivos fiscais a projetos de reflorestamento.

Por ato específico do Executivo, equiparou-se esse incentivo aos demais estímulos fiscais. Como resultado, a concessão dos incentivos fiscais se constituiu no principal elemento motivador de atividades de reflorestamento por parte do setor privado, com marcante preferência dos contribuintes beneficiários de incentivos fiscais pelos investimentos em reflorestamento.

Outrossim, visando a possibilitar a melhor utilização do produto florestal — a qual ainda tem sido exercitada predominantemente com vistas à produção de carvão vegetal —, vem o Governo gerenciando junto a organismos internacionais a adoção de medidas que propiciem lucro satisfatório

às exportações de pinho e outras espécies florestais.

Fôrça é reconhecer, todavia, que ainda não foi atingido o objetivo prioritário de elevar o reflorestamento a níveis pelo menos suficientes à manutenção das reservas do País. Com esse fim, encontra-se em fase de implementação um projeto aprovado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que assegura a colaboração de especialistas internacionais em pesquisa florestal.

A fim de facilitar, em âmbito nacional, o estudo e solução dos assuntos relacionados com a adequação da propriedade e posse da terra no que respeita ao desenvolvimento agrícola, procedeu-se à integração dos extintos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). Daí resultou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a cujo processo organizacional foi conferida alta prioridade.

Dando cumprimento à política de desenvolvimento da Amazônia e antecipando-se à liberação dos recursos do Programa de Integração Nacional, desenvolve o INCRA, atualmente, projetos de colonização em Altamira e Itaituba.

São, ainda, dignas de menção as atividades do INCRA relacionadas com a colonização e reforma agrária em Barra do Corda, Estado do Maranhão, Iguatemi, Estado de Mato Grosso, Passo Real, Estado do Rio Grande do Sul, Ouro Preto, Território de Rondônia, Usina Caxangá, Estado de Pernambuco, e Alexandre de Gusmão, Distrito Federal.

Considerando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem seu desempenho diretamente condicionado à titulação e cadastro das propriedades e ao imposto territorial rural, intensificaram-se as atividades relacionadas com a legitimação dos títulos de propriedade, por meio da qual se facilitará a implantação de projetos em áreas prioritárias; procedeu-se, por outro lado, à revisão do cadastramento em vigor; e desenvolveram-se trabalhos com o fim de avaliar o imposto territorial rural, não apenas como instrumento arrecadador de recursos, mas, principalmente, como instrumento condu-

cente à mais econômica e social distribuição da terra.

Em 1970, iniciou-se a elaboração do Plano Nacional de Pesquisa Agrícola, visando a dirigir a pesquisa no sentido das metas de desenvolvimento agrícola e coordenar sua ação com a de outras atividades. Como suporte a este Plano, deu-se andamento a um empréstimo-programa com a USAID e reforçaram-se os recursos orçamentários e extra-orçamentários existentes.

Ênfase especial foi dada à pesquisa com o trigo, mediante significativas alocações de recursos e o início de um projeto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Além do empréstimo da USAID, pretende-se captar recursos financeiros e humanos em outras fontes, tanto internas como externas (BID, BIRD, PNUD, acordos bilaterais), visando a um investimento maciço e bem orientado nessa área.

Em 1970, contratou o Ministério da Agricultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento um empréstimo para a primeira etapa do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, compreendendo sete Estados da Federação. Esse empréstimo, aliado aos recursos da União e dos Estados, oferecerá o suporte financeiro necessário ao controle da aftosa na região, prevendo-se a aplicação de Cr\$ 340 milhões em quatro anos.

As condições de nosso tempo exigem intenso e continuado aumento da tecnologia quanto à produção agrícola, o que levou o Governo a conferir prioridade à expansão da assistência técnica ao produtor rural.

Com tal fim, promoveu-se o entrosamento e a integração do Ministério da Agricultura com as Secretarias Estaduais de Agricultura e, especialmente, o aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Esse Sistema, integrado pela ABCAR e suas filiais, dispõe, atualmente, de 1.050 escritórios, que atendem a 1.500 municípios em 21 unidades da Federação, por intermédio de um corpo de profissionais que ultrapassa a casa dos 2.500 técnicos e cuja atuação se multiplica mediante a ação de 40 mil agentes voluntários, atingindo a mais da terça parte das populações das áreas.

Empenha-se, assim, o Governo em ensinar, descentralizada e eficientemente, a mais ampla assistência técnica ao produtor rural.

Buscou-se, outrossim, aumentar a eficiência da cooperação técnica internacional ao setor, estabelecendo-se diretrizes para a cooperação multilateral e bilateral, evitando-se a pulverização de recursos e buscando-se a sua compatibilização com a política agrícola nacional.

Determinaram-se, em consequência, prioridade no que concerne a projetos de investimento e de assistência técnica. São de mencionar a respeito — seja em fase de contratação, de preparação ou de estudos de viabilidade — os projetos, entre outros, de Sementes, de Pesca e de Centrais de Abastecimento, com o BID; de Pesquisa Agrícola, de Centrais de Abastecimento e de Serviços Auxiliares da Comercialização (NE), com a USAID; de Planejamento Agrícola, de Pecuária no Brasil Central e do Centro Nacional de Referência e Adestramento, com o PNUD.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

As diretrizes fundamentais do programa de desenvolvimento industrial brasileiro decorrem das “Metas e Bases para a Ação de Governo”, que preconizam o fortalecimento da iniciativa privada e a absorção do desenvolvimento tecnológico e administrativo, interno e externo.

Para a condução da nova política, reformulou-se o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), dotando-o de nova estrutura, que lhe permitirá um funcionamento ágil e adequado à execução do programa estabelecido pelo Governo.

Permitirá, outrossim, a reestruturação do CDI, já a partir de 1971, a sua maior eficiência na administração dos incentivos fiscais dentro de um quadro realista. Nesse sentido, os Grupos Setoriais, que contam com a participação efetiva dos empresários, desenvolverão um trabalho sistemático de acompanhamento dos diversos ramos da indústria, com vistas a dar a melhor solução para os problemas identificados e indicar os caminhos mais eficientes para um crescimento rápido e harmônico.

Os incentivos fiscais administrados pelo CDI, que em 1970 representaram

investimento de Cr\$ 6 bilhões, 50% acima dos níveis de 1969, foram ampliados e racionalizados em legislação específica. Dêsse modo, procura-se assegurar à indústria nacional as necessárias condições para consolidar-se e passar a ter, no processo de desenvolvimento, o papel que lhe está reservado como elemento dinâmico do sistema.

Em 1970 a indústria siderúrgica superou as dificuldades financeiras que vinham comprometendo o seu crescimento. As usinas instaladas operaram no limite máximo de suas atuais capacidades, sendo produzidas 5,4 milhões de toneladas de aço em lingotes, para um consumo de 5,8 milhões. Foram exportados, por outro lado, produtos siderúrgicos, no valor de US\$ 75 milhões, para 42 países.

A meta decenal é atingir vinte milhões de toneladas de capacidade de produção de aço em lingotes em 1980, de modo que a produção atenda à demanda interna e possibilite um saldo para exportação e reserva operacional. Com esse objetivo, promover-se-á a expansão e modernização das usinas existentes, bem como a construção de novas usinas, quando esta alternativa se mostrar mais vantajosa.

A CSN, a USIMINAS e a COSIPA terão suas capacidades de produção ampliadas, até 1975, para 2,5, 2,4 e 2,0 milhões de toneladas, respectivamente, estando-lhes programados, para 1980, os totais de 4,0, 3,5 e 3,4 milhões de toneladas.

No período 1971/75, a estimativa dos investimentos fixos, encargos financeiros e capital de giro é de Cr\$ 5.502,3 milhões, em moeda de janeiro de 1970, sendo Cr\$ 2.055,6 milhões para a CSN, Cr\$ 1.955,3 milhões para a COSIPA e Cr\$ 1.491,4 milhões para a USIMINAS. Ultimam-se, por outro lado, esquemas financeiros para assegurar a execução dos programas, estando prevista, nesse sentido, a formação de consórcios internacionais.

A execução dos trabalhos para atingir as metas aprovadas já teve início em 1970. As usinas de produtos planos — CSN, COSIPA e USIMINAS — preparam a colocação das ordens de compra dos equipamentos necessários a seus projetos de ampliação. No que concerne à CSN, é de assinalar a

inauguração da Fábrica de Perfis Soldados Presidente Costa e Silva, ocorrida em fins do ano passado. No setor de produtos não planos, a cargo da iniciativa privada, iniciou-se o primeiro grande projeto (COSIGUA), relativo à construção de uma nova usina siderúrgica, cujo início de operação deverá ocorrer em fins de 1972.

Ainda dentro das atividades do Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica (CONSIDER), cabe mencionar as resoluções contendo normas sobre a comercialização de produtos da CSN, da USIMINAS e da COSIPA, e a aprovação dos programas de expansão dessas empresas.

Com a finalidade de definir uma política com vistas ao desenvolvimento e à transferência de tecnologia para o setor siderúrgico, o CONSIDER e o Conselho Nacional de Pesquisas, em colaboração com outros organismos governamentais, entidades privadas e empresas produtoras de aço, iniciaram um levantamento dos principais problemas tecnológicos da siderurgia brasileira e da disponibilidade dos recursos humanos e materiais para solucioná-los.

A viabilidade técnica e econômica da aplicação no Brasil das inovações tecnológicas mundiais nos produtos e processos siderúrgicos será analisada, sob a coordenação do CONSIDER, em programa patrocinado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

A nova política da propriedade industrial objetiva conferir outra dimensão ao problema das patentes, com especial referência a seu papel de instrumento na transferência de tecnologia.

São as seguintes as coordenadas gerais dessa nova política: 1) no campo externo, a participação no sistema mundial de forma a utilizá-lo no sentido de nossas necessidades peculiares, obtendo-se as informações imprescindíveis ao conhecimento das alternativas tecnológicas que mais se adaptam aos fatores de produção disponíveis; 2) no campo interno, o reaparelhamento legal e administrativo do sistema brasileiro de patentes, com vistas a criar melhores condições de absorção e adaptação de tecnologia estrangeira e desenvolvimento de tecnologia própria, mediante o pleno

aproveitamento do volume de informações e de sua ampla divulgação pelos setores industriais e de pesquisa; e a redução de custo por unidade de tecnologia importada, por meio da ação combinada do mecanismo de informações e da utilização adequada dos instrumentos legais e administrativos de análise, orientação e controle.

Para a execução da política estabelecida impunha-se a criação de um mecanismo eficiente de análise e registro. Assim, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial foi substituído por nova entidade autárquica, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que apresenta as características estruturais necessárias a esse objetivo.

A crescente tendência protecionista por parte dos países desenvolvidos e a manutenção, pelos países em desenvolvimento, de controle direto e indireto sobre seu comércio exterior representam as maiores barreiras a serem transpostas no crescimento do comércio externo brasileiro. Essa configuração do problema induziu os setores público e privado do Brasil a somarem esforços de grande envergadura para a obtenção de resultados significativos, como vem ocorrendo nos últimos anos.

As exportações brasileiras atingiram um total de US\$ 2,7 bilhões em 1970, ou seja, quase US\$ 400 milhões a mais do que no ano anterior. As importações totalizaram aproximadamente US\$ 2,5 bilhões.

Destaque especial merecem as exportações de manufaturados, que se elevaram de US\$ 287,8 milhões em 1969 a US\$ 454,9 milhões em 1970, ampliando, assim, de 11% para 15% a sua participação na receita global de exportação.

Em 1971 objetiva-se alcançar a meta dos US\$ 3 bilhões de exportação, dos quais US\$ 600 milhões serão representados por produtos manufaturados.

A manutenção desses resultados continuará a exigir do setor privado dinâmica atuação comercial, para o que está o Governo disposto a conceder todo o apoio necessário.

Resultado bastante auspicioso alcançou-se em 1970 nas exportações de café. Foram exportadas 17 milhões de sacas, obtendo-se receita de 980

milhões de dólares, a maior dos últimos 14 anos. Cabe assinalar que, embora tenha havido redução no volume exportado, a esse decréscimo correspondeu substancial aumento na receita, de 100 milhões de dólares.

A escrituração do movimento financeiro do setor café, durante 1970, mostrou resultados favoráveis, em virtude, principalmente, da inexistência de compra de excedentes; das vendas de café dos estoques governamentais, com sensível diminuição de seu volume; e dos bons níveis de preços internacionais e, conseqüentemente, da cota de contribuição.

Comparando-se os resultados de 1970 e 1969, verifica-se acréscimo de 160% no saldo líquido da conta-café (janeiro/outubro).

Na área do mercado interno, iniciou-se política realista, em que os preços passam a ocupar posição definidora no sistema dos mercados, orientando os consumidores e os produtores. Dentro dessa filosofia, justificada pela gradativa extinção dos estoques, foi decidido eliminar, de forma gradual, o subsídio ao consumidor, restabelecendo-se a realidade no mercado interno, dentro de um quadro mais amplo do interesse da economia brasileira.

A par dessas medidas, desenvolveu-se eficaz ação de natureza preventiva, no sentido de conter a "ferrugem". Em trabalho conjunto do IBC e do Ministério da Agricultura, mobilizaram-se técnicos agrícolas de diversos órgãos do Governo, com o objetivo de estudar a melhor solução para o problema. Recursos da ordem de Cr\$ 40 milhões foram destinados pelo IBC ao combate à doença, em aplicação por meio de convênios com entidades federais e estaduais.

Ainda em 1970 foi criado o Instituto Agrônomo de Londrina, no Paraná, havendo sido programado o estabelecimento de centros de pesquisas em Minas Gerais e Espírito Santo, para os quais já estão sendo iniciadas as providências de implantação, em colaboração com o Ministério da Agricultura e os Governos Estaduais.

Na área do mercado externo, fixaram-se novos critérios de comercialização, de modo a assegurar um funcionamento racional e eficiente das operações, com as devidas garantias a vendedores e compradores. Foram,

igualmente, eliminadas distorções que estavam dificultando as exportações brasileiras.

Não acompanhando o mercado segurador brasileiro o ritmo de desenvolvimento da economia, tomou o Governo a iniciativa de proceder à recuperação do setor, criando motivações específicas para os empresários. A fórmula encontrada foi induzir a formação de empresas capazes de operar em níveis mais elevados de eficiência interna e criar mecanismos suficientemente adequados para transformar em mercado efetivo o potencial mercado interno e externo.

Nesse sentido duas providências legislativas fundamentais foram adotadas para iniciar o processo de recuperação do setor: criaram-se incentivos técnicos e fiscais para as fusões e incorporações de empresas e fixaram-se critérios para a manutenção, em níveis adequados, dos capitais mínimos exigidos das sociedades seguradoras.

As operações do Instituto de Resseguros do Brasil apresentaram reflexos imediatos da nova política. A duplicação do **superavit** registrado no ano anterior e a queda da percentagem de cessões ao exterior foram, em 1970, os principais resultados positivos obtidos. O saldo de operações passou de Cr\$ 11.611.511,79, em 1969, para cerca de Cr\$ 23.000.000,00 em 1970.

O Conselho Nacional do Turismo aprovou em 1970 a concessão de incentivos, administrados pela EMBRATUR, no montante de Cr\$ 86.772.116,57, para a construção e melhoria operacional de empreendimentos hoteleiros.

A intensificação de correntes turísticas internas para roteiros turísticos prioritários e a formação de especialistas no setor foram pontos que receberam atenção da EMBRATUR. Nesse sentido, procedeu a Empresa ao levantamento do parque hoteleiro nacional e do mercado brasileiro de férias; à organização do Centro de Informações e Documentações Turísticas; ao levantamento das zonas balneárias, das estações climáticas e hidrominerais, dos parques e reservas nacionais; e à realização de cursos de administração hoteleira.

Em 1970 o setor açucareiro não apresentou anormalidades, graças às medidas adotadas com a antecedên-

cia necessária nas áreas de produção e de comercialização.

De acordo com a programação aprovada para a safra de 1970/71, o volume da produção é de 86,66 milhões de sacas de açúcar. Desse total, procedem da Região Norte-Nordeste 29,87 milhões e da Região Centro-Sul, 56,79 milhões.

Não obstante os efeitos das condições climáticas desfavoráveis nas regiões produtoras, assegurou-se satisfatoriamente o abastecimento dos centros de consumo, bem como o atendimento do nível previsto para as exportações.

A cota brasileira para o Mercado Livre Mundial, inicialmente de 449.934 t, atingiu, ao final do ano, 511.856 t, com um aumento de 61.922 t, decorrente de realocações.

Para fornecimento ao Mercado Preferencial Norte-Americano, foi recebida inicialmente uma cota de 421.277 t, alcançando-se a cota total de 578.983 t plenamente preenchida. Utilizou ainda o Instituto do Açúcar e do Alcool a faculdade de colocar "inbond" 5.000 t.m. de açúcar da cota de 1971, que somente serão consideradas no segundo semestre do próximo exercício.

Realizaram-se 61 concorrências para vendas de açúcar, sendo 20 para o Mercado Livre Mundial e 41 para o Mercado Norte-Americano. Essas concorrências resultaram na venda de 706.788 t.m. para o Mercado Livre Mundial e 558.500 t.m. para o Mercado Norte-Americano.

A Companhia Nacional de Alcalis, única fabricante de barrilha no País, atendeu integralmente à demanda do mercado interno, havendo atingido a produção anual de 110.000 toneladas, que constitui novo recorde para a empresa.

Durante o ano de 1970 intensificaram-se os estudos de ampliação de suas instalações. Está previsto que na primeira fase haverá um aumento de 50% na produção diária e, na etapa final, de 100%, num total de 600t/dia. **Minas e Energia**

O exercício de 1970 representou importante fase de adaptação às profundas modificações introduzidas no Ministério das Minas e Energia com a criação, em 1969, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que objetivou: a) elevar o

valor da produção mineral brasileira; b) ampliar, a curto prazo, o conhecimento dos recursos hídricos e do subsolo do País.

Com o início da atuação da nova entidade foram redefinidas as atribuições do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), ficando esses órgãos incumbidos do planejamento e promoção das pesquisas nos campos da geologia e da hidrologia, bem como da ação normativa e fiscalizadora no que concerne às atividades de exploração das riquezas minerais e de produção e consumo de energia elétrica. A Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais caberá realizar os trabalhos de campo e de laboratório que vierem a ser programados pelos dois órgãos.

Os projetos básicos de Pesquisas promovidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral já conduziram aos seguintes resultados: a) ampliação de reservas de scheelita (Rio Grande do Norte); b) ampliação da faixa de ocorrência de cromita (Campo Formoso, na Bahia); c) ampliação das reservas de cobre (Vale do Curuçá, na Bahia; Bajé e Pinheiro, no Rio Grande do Sul; e sul de Goiás); d) descoberta de ocorrências de titânio, fosfato e bauxita (os dois primeiros no sul e o terceiro no centro do Estado de Goiás); e) localização de jazidas de cascalho ao longo da Transamazônica, entre Altamira e Rio Repartimento, de importância para solucionar o problema de pavimentação daquele trecho da estrada.

No campo da geologia básica merecem especial destaque o importante acordo firmado entre os governos do Brasil e da Alemanha Ocidental, objetivando o mapeamento geológico dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e a assistência técnica da **United States Agency of International Development (USAID)** a relevantes trabalhos no Vale da Ribeira (sul de São Paulo e norte do Paraná), com vistas à localização de depósitos de chumbo, zinco e prata.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) promoveu a execução dos trabalhos de sondagem de minerais radioativos (tendo sido perfurados 22.832 m) nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais,

Bahia e Pernambuco. Os resultados mais significativos foram alcançados em Campo Agostinho (Poços de Caldas, em Minas Gerais), onde está definida uma reserva de 2.000 toneladas de óxido de urânio (U_3O_8) associado com molibdênio e vanádio. Para que se possa avaliar o alcance do empreendimento, basta levar em conta que a definição das reservas de urânio do País é elemento essencial não só para fixação de uma política nuclear como para o estabelecimento de um programa a longo prazo a esse respeito.

A importância e alta prioridade do programa de avaliação de recursos minerais é justificada pela crescente participação dos minérios nacionais nas transações com o resto do mundo. Em 1970, a exportação de minérios atingiu 28.255.000 toneladas, no valor de US\$ 253.433.000, superando, de forma apreciável, não só o volume exportado em 1969 (22.043.000 toneladas) como a receita auferida (US\$.. 195.613.000). A maior parcela da exportação correspondeu ao minério de ferro, cujas saídas atingiram 26.734.000 toneladas, contra 20.861.000 toneladas em 1969, propiciando a receita de US\$ 198.947.000, contra US\$ 151.675.000, em 1969. Dêsse total, 83,2% foram embarcados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que exportou 23.500.000 toneladas no valor de US\$ 160 milhões.

Relativamente à Companhia Vale do Rio Doce, a par do volume de minérios exportados, ressaltam-se, pela sua importância, três fatos verificados no ano findo.

Em primeiro lugar, a exemplo dos contratos firmados com usinas siderúrgicas japonesas, estendeu-se a política de vendas mediante contratos, a médio e a longo prazo, a usinas americanas e européias (os contratos assinados totalizam 339 milhões de toneladas e equivalem à receita global de US\$ 2,7 bilhões), o que permitirá um programa de expansão da empresa em bases seguras.

Em segundo lugar, pela primeira vez, o transporte de minérios foi efetuado em navios de propriedade do Vale do Rio Doce Navegação (DOCE-NAVE), que colocou em serviço nove unidades perfazendo 571.708 toneladas, sendo as principais: o DOCE-RI-VER (131.520 toneladas), o DOCE-BAY (130.892 toneladas), o DOCEVA-

LE (105.522 toneladas) e o DOCEMAR (105.247 toneladas).

Finalmente, a entrada em operação normal da Usina de Pelotização, construída em Vitória, no Estado do Espírito Santo, veio permitir o início da exportação de pelotas de minério de ferro, cujo total atingiu 800 mil toneladas.

Caracterizou-se o ano de 1970, de outro lado, por apreciável crescimento do consumo de derivados de petróleo. A taxa de incremento anual do consumo desses derivados, excluído o de óleo combustível no setor energético que apresentou queda devido ao crescimento da oferta da hidreletricidade, chegou aos 12%, muito embora para o total de derivados, pela razão apontada, o aumento tenha sido da mesma ordem da registrada no ano passado (7%).

Para que a capacidade de processamento do setor de refinação mantenha nível compatível com o crescimento do mercado e seja consolidada a auto-suficiência que o País aí já alcançou, concentrou a PETROBRAS esforços nas obras de construção da nova refinaria do Município de Paulínea (SP) com capacidade para processar 20.000 m³ dia de petróleo bruto, imprimindo-se grande ritmo ao programa em desenvolvimento com o objetivo de que o início de operação venha a se concretizar em 1972.

Entretanto, não foi possível expandir a produção de petróleo bruto em ritmo superior ao do crescimento do consumo de derivados. A produção de óleo cru, no total de 9,6 milhões de metros cúbicos, foi ligeiramente inferior à do ano anterior (10,2 milhões de metros cúbicos). Basicamente, o decréscimo na produção de petróleo bruto se deveu à não descoberta de novos campos e ao declínio natural das pressões nos reservatórios de Miranga e Araçás, no Recôncavo Baiano.

Apesar de não haverem sido localizados reservatórios exploráveis economicamente, a PETROBRAS prosseguiu na política de destinar a maior parcela dos recursos disponíveis às atividades de exploração. No programa de pesquisas da Plataforma Continental, onde se concentraram os maiores esforços pelo fato de aí se encontrarem as melhores perspectivas de existência de depósitos de petróleo em nosso território, foram utilizadas cin-

co plataformas móveis de sondagens e perfurados cerca de 88 mil metros.

O setor de energia elétrica comportou-se dentro das previsões de crescimento, com aumento de consumo de 11,4%, passando de 34,3 milhões de megawatts-hora (MWh) para 38,4 milhões de MWh e um acréscimo da potência instalada no País de, aproximadamente, 10,2% (elevando-se de 10.262 megawatts (MW) para 11.314 MW). Entre as diversas usinas que, em 1970, entraram em funcionamento ou registraram acréscimos em suas instalações de geração, merecem menção: Jupia (400 MW), Xavantes (200 MW) e Funil do Paraíba (140 MW), na Região Centro-Sul; Capivari—Cachoeira (125 MW), na Região Sul; e Boa Esperança (108 MW), na Região Nordeste.

Os dados coletados no ano findo para o inventário dos recursos hídricos passíveis de aproveitamento econômico (potência superior a 4 MW) elevaram o potencial hidráulico conhecido do Brasil de 74.626 MW para 79.359 MW. O término e a publicação do inventário da Região Sul revelou a existência de fontes de aproveitamento no total de 4.733 MW de potência firme. Destas destacam-se: Segrêdo (530 MW), Salto Santiago (460 MW) e Salto Osório (405 MW), no rio Iguaçu; Pinheiro (315 MW) e o desvio do rio Canoas (884 MW), no rio Uruguai; Taquaraçu (932 MW) e Tibagi (914 MW), no rio Paranapanema. Deve-se assinalar, contudo, que os estudos realizados se restringiram aos trechos de rios onde se verificam as possibilidades de aproveitamento integral dos recursos hídricos (trechos localizados no território nacional), não se levando em conta os trechos que marcam as fronteiras do País.

Cabe, ainda, mencionar que, em 1970, por força da lei que a criou, foi extinta, em 31 de dezembro, a Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN).

O ano de 1971 será de intensa atividade no setor mineral. Espera-se poder vencer, com o programa a ser desenvolvido, a desafiadora tarefa de fazer, em prazo hábil, com que maior número de pesquisas preliminares se estenda à pesquisa detalhada e, conseqüentemente, possibilite a implantação de sólida indústria mineral no País.

Com esse objetivo, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais iniciará financiamentos para pesquisa mineral às empresas detentoras de jazidas, dentro de sólidos critérios que visem a reforçar a posição do minerador nacional, em face do risco inerente ao tipo de investimento. O volume de recursos destinados à aplicação, no decurso do ano, para esse fim será da ordem de Cr\$ 10 milhões.

Ao mesmo tempo, empreenderá a referida Companhia, diretamente, em várias regiões do território nacional, trabalhos de pesquisa de minérios considerados prioritários ao desenvolvimento, procurando definir a exequibilidade econômica de lavra de fluorita (numa superfície de 1.300 hectares, em Santa Catarina); de nióbio, fosfato e titânio (área de 9.000 hectares, em Goiás); de níquel (área de 4.000 hectares em Goiás); e de cobre (área de 1.000 hectares no Rio Grande do Sul).

A exportação de minério de ferro, pela Companhia Vale do Rio Doce, deverá superar a casa de 32 milhões de toneladas e a infra-estrutura operacional da empresa será aparelhada para proporcionar capacidade de movimentação de 50 milhões de toneladas. Para tanto, deverá a Companhia realizar investimentos num total de US\$ 200 milhões, dos quais US\$ 71 milhões no setor ferroviário, em duplicação da linha permanente e no prosseguimento da instalação de moderno sistema de sinalização; US\$ 67,2 milhões no setor de mineração, particularmente na execução do projeto de instalação de lavagens e concentração de minério da mina de Cauê, cujas reservas de hematita são da ordem de 500 milhões de toneladas; US\$ 20,6 milhões no setor industrial, no qual será iniciada a construção da segunda usina de pelotização, que elevará a produção de 2 para 5 milhões de toneladas/ano.

Ampliando suas atividades na Plataforma Continental, iniciará a PETROBRÁS a execução do projeto de desenvolvimento no campo produtor de Guaricema, Estado de Sergipe, colocando em operação a sexta unidade móvel de perfuração. Está programada a perfuração de 26 poços no delta do Amazonas, Barreirinhas, Piauí—Ceará, Potiguar, Sergipe—Alagoas, Recôncavo—Almada, Sul da Bahia—Espírito Santo, Campos, Santos e Pe-

lotas, num total de 95 mil metros. O programa de atividades da PETROBRÁS prevê, também, a conclusão das obras de construção e montagem da Usina Protótipo de Xisto, que desenvolverá, em escala semi-industrial, processo tecnológico para aproveitamento dos xistos da Formação Irati.

Além disso, prevê-se para os primeiros meses de 1971 a entrada em operação das unidades do Conjunto Petroquímico da Bahia, da Petrobrás-Química S.A. (PETROQUISA). Primeiro Núcleo Petroquímico instalado no Nordeste, que deverá produzir diariamente 200 toneladas de amônia e 250 toneladas de uréia, mediante a utilização do gás natural proveniente dos poços de petróleo do Recôncavo Baiano.

A capacidade de geração elétrica instalada no País deverá alcançar 12.639 MW, correspondendo a um acréscimo da ordem de 1.325 MW em relação ao ano de 1970. Para tanto, está programada a instalação de 48 MW na Região Norte, 412 MW na Nordeste (Paulo Afonso III), 26 MW na Centro-Oeste, 660 MW na Centro-Sul (Jaguara com 236 MW, Xavantes com 200 MW) e 179 MW na Sul (Capivari—Cachoeira, com 125 MW).

No campo da energia merecem destaque os seguintes fatos: a) as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRÁS), com sua congênera paraguaia, **Administración Nacional de Electricidad** (ANDE), concentrarão esforços na definição do potencial energético do trecho internacional do rio Paraná, que serve de fronteira aos dois países, desde o Salto Grande de Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu, numa extensão de cerca de 150 quilômetros; b) a Central Elétrica de Furnas S.A. (FURNAS), subsidiária da ELETROBRÁS, em entendimento com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, determinará, por meio de concorrência internacional, o equipamento a ser utilizado na primeira central nuclear brasileira, com 500 MW de potência instalada, a ser construída na praia de Itaorna, em Angra dos Reis.

O Ministério das Minas e Energia, com a conclusão das obras do edifício-sede, na Esplanada dos Ministérios, iniciará o processo progressivo de transferência para a Capital Federal de todos os seus órgãos da administração direta. Efetivar-se-á a trans-

ferência de acordo com as linhas gerais que caracterizam o Programa da Reforma Administrativa do Ministério, assim concebidas: a) reter nos órgãos da administração direta apenas as atribuições específicas de planejamento e política global, bem como as de natureza normativa e fiscalizadora; b) integrar órgãos que tenham funções superpostas, em parte ou no todo, procedendo-se, assim, à condensação do quadro de pessoal; c) transferir funções executivas de natureza empresarial para entidades de administração indireta.

Interior

Os fatos mais significativos na atuação do Ministério do Interior, no ano findo, foram: a sua estruturação administrativa, por Decreto n.º 66.882, de 16 de julho de 1970; a mudança da sede para Brasília, com a conseqüente transferência de repartições que ainda se encontravam no Rio de Janeiro; a institucionalização do Projeto Rondon; e, finalmente, a dinamização do Programa de Ação Concentrada.

As atividades do Ministério do Interior desdobram-se em todo o território nacional, nos campos administrativo, financeiro, econômico e social, de acordo com os múltiplos setores de responsabilidade que lhe confere a sua estrutura.

Dentre as autarquias vinculadas ao Ministério, as Superintendências de Desenvolvimento Regional realizaram tarefa relevante de planejamento e valorização econômica de suas áreas de influência. Em particular, enfrentando grave emergência provocada pela irregularidade das chuvas na Região Nordeste, desempenhou a SUDENE amplo trabalho de coordenação no atendimento às populações afetadas, mediante a abertura de frentes de serviço e a absorção direta de 500 mil homens em seus trabalhos.

Por intermédio da SUDAM e da SUDENE, as regiões menos desenvolvidas continuaram a ser beneficiadas com a aplicação de incentivos fiscais, que representaram para a Amazônia a instalação de 464 novos empreendimentos agropecuários e industriais e a criação de 40 mil empregos diretos.

No Nordeste o ritmo de liberações ultrapassou a casa dos dois milhões de cruzeiros por dia e o número de projetos aprovados chegou a 823, totalizando 600 mil novos empregos e re-

presentando investimento superior a 5 bilhões de cruzeiros.

O Banco Nacional da Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo agiram de forma decisiva no campo do desenvolvimento urbano, financiando cerca de 430 municípios para a realização do planejamento local integrado e outros 300 para a execução de obras e serviços de saneamento básico e para a construção de mais de 600 mil unidades habitacionais.

A mobilização das poupanças familiares refletiu-se no nível sem precedentes de 1 milhão e 200 mil cadernetas.

Repercutiu na ONU e em vários países e comportamento do Plano Nacional de Habitação do Brasil, como solução inovadora e em constante processo de aperfeiçoamento.

Ainda em 1970, o Projeto Rondon recebeu sua estrutura definitiva, enquanto a Fundação Nacional do Índio deu, com fatos e realizações, resposta à insidiosa campanha negativista, reforçando seus quadros com novos contingentes e apresentando ao Legislativo documentos que fixaram a verdade onde existiam apenas versões.

Organizou-se também o Grupo Especial de Calamidades Públicas, com a cooperação de outros setores governamentais e privados, para atender com presteza e eficiência às populações atingidas por esse tipo de emergência.

Em 1971, caberá ao Ministério do Interior promover a elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento, especialmente do Nordeste e da Amazônia, como parte integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e em colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Projetos particularmente importantes serão programados nos setores de saneamento básico e de irrigação. Implantar-se-á o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), destinado a prover, no decênio, 80% da população urbana brasileira de serviços de saneamento básico, bem como a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste. Será objetivo do último empreendimento a racionalização da agricultura na região nordestina, por meio da irrigação, em especial nos vales do São Francisco, do Jaguaribe

e do Ceará-Mirim, a cargo, pela ordem, da SUVALE, do DNOCS e do DNOS.

Nôvo impulso será dado aos esquemas de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, dentro do Programa de Integração Nacional.

Na grande região Norte consolidam-se as estruturas dos Governos dos Territórios e desenvolve-se a região de Manaus, sob a égide da SUFRAMA.

Na região nordestina, a SUDENE e o Banco do Nordeste analisam de forma realista a conjuntura econômica regional, a fim de condicionar a situação atual às novas decisões de estrutura ou às que venham a ser adotadas.

Ainda em 1971 estarão concluídas as atividades da Comissão da Lagoa Mirim, no extremo Sul do País, permitindo o início dos trabalhos do Plano Micro-Regional Integrado daquela área.

Da mesma forma, outras sub-regiões, como a Zona da Mata, em Pernambuco, por meio do GERAN, e o médio São Francisco, por intermédio da SUVALE, terão seus programas interdisciplinares de obras e serviços em plena elaboração e execução.

Sob a jurisdição da SUDAM, contam-se entre as principais realizações em 1970, além de outras:

— aprovação de 143 projetos e liberação de Cr\$ 332.363.909,00, à conta de Incentivos Fiscais;

— assinatura de 130 convênios e liberação de Cr\$ 46.491.748,32, à conta de recursos orçamentários.

Das atividades da SUDAM em 1970 resultou a criação de 41.689 empregos para a região.

A execução do Plano Anual de Trabalho da SUDENE, em 1970, levou a entidade a atingir etapa significativa do seu IV Plano-Diretor.

Foram aprovados durante o ano 231 pareceres a projetos industriais, de pesca, telecomunicações, energia elétrica e turismo, cujos investimentos ascendem a Cr\$ 1 bilhão e 658 milhões, sendo de Cr\$ 750,3 milhões a participação de recursos derivados do Sistema 34/18. Os empregos diretos previstos com a aprovação desses pareceres são da ordem de 15.926.

Setenta e três novas empresas industriais entraram em funcionamento no exercício de 1970, elevando-se para 291 as beneficiadas com incen-

tivos fiscais e financeiros administrados pela SUDENE.

Deu-se ênfase aos trabalhos de ordenação e planejamento do setor agrícola, ao lado da criação de uma infra-estrutura de abastecimento, da realização de pesquisas e experimentação agropecuárias, promoção agropecuária, organização agrária, etc.

Foram aprovados 111 pareceres e projetos agropecuarios, com investimentos previstos da ordem de Cr\$ 414 milhões, sendo de Cr\$ 291,7 milhões a participação de recursos do Sistema 34/18. Esses pareceres prevêem a criação de 3.397 empregos diretos para os diversos Estados do Nordeste.

Sob a jurisdição da SUDECO, aprovou-se o crédito de Cr\$ 3.315.000,00 para atender despesas com projetos constantes do orçamento de recursos próprios para o exercício de 1970, sendo Cr\$ 315.000,00 para a Rodovia BR-70 e Cr\$ 3.000.000,00 para a BR-80/159.

Destacam-se entre os projetos concluídos ou em andamento em 1970, na área de atuação da SUDESUL:

— No setor Habitação e Planejamento Urbano, o Plano-Diretor da Região Metropolitana de Porto Alegre, beneficiando diretamente 14 municípios e indiretamente toda a Região Sul, pela importância de seu principal pólo de desenvolvimento. Recursos: Cr\$ 5.900.000,00, oriundos do Governo do Estado, da SUDESUL, da Comissão da Lagoa Mirim, do FIPLAN e dos municípios diretamente envolvidos.

— Dentro do programa Recursos Naturais, o projeto Sudoeste 1, com recursos já empenhados na sua execução de Cr\$ 5.624.000,00 e programados para 71, de Cr\$ 2.152.200,00. O projeto está em andamento e compreende estudos básicos integrados, estudos de viabilidade técnico-econômica de projetos hidroagrícolas e implantação de projetos-piloto, eliminando os efeitos nocivos das enchentes periódicas e secas prolongadas na região Sudoeste do Rio Grande do Sul.

— A elaboração de um Plano Regional de Turismo, no qual foi aplicada a importância de Cr\$ 2.431.465,00. A primeira etapa desse projeto do Programa Indústria encerrou-se a 9 de agosto de 1970, com duração de

oito meses. A segunda etapa iniciou-se em 14 de dezembro de 1970 e durará dez meses.

Os fatos mais importantes nas atividades do Banco da Amazônia, em 1970, referem-se ao aumento de seu capital de Cr\$ 100 para Cr\$ 200 milhões e à colocação de ações para a subscrição popular, decisões tomadas durante a Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro.

A expansão do número de agências e a inauguração de novas instalações representaram, igualmente, fato significativo para a eficácia da atuação do Banco em diversas áreas da Amazônia, bem como para a compatibilização de sua estrutura com a missão desenvolvimentista que lhe cabe.

Os empréstimos globais do Banco do Nordeste do Brasil passaram de Cr\$ 1.148 milhões em 1969 para Cr\$ 1.551 milhões em 31 de dezembro de 1970, acusando incremento de 35%, em termos nominais, e de 15,7% em valores reais.

Em relação a 31 de dezembro de 1969, os recursos globais tiveram um acréscimo de 26,4% em termos nominais e de 6% em valores reais.

Em 1970 registrou-se, na área abrangida pela Zona Franca de Manaus, grande incremento na absorção de mão-de-obra local, traduzida em 1.875 empregos gerados por investimentos totais de Cr\$ 595 milhões. Concorreram substancialmente para esse volume de investimento a implantação de 5 novas indústrias que tiveram seus projetos de instalação beneficiados pela administração dos incentivos fiscais, bem como a ampliação das empresas já existentes no mercado local.

Graças também aos incentivos fiscais, o aumento das importações brasileiras ali registradas no final do exercício foi marcado por um crescimento da ordem de 590% em relação a 1967. As do exterior subiram para 917% no mesmo período. A participação, em termos de valor, no ano de 1970, representou 64% para as importações nacionais e 36% para as importações estrangeiras.

A elaboração de estudos, a implantação e a manutenção de projetos de irrigação, a assistência técnica a agricultores e criadores, a execução de serviços de engenharia e de pro-

moção e extensão agropecuárias foram as atividades desempenhadas pela SUVALE, em 1970, em áreas-programa previamente selecionadas.

Os estudos de bacias para a definição de viabilidade técnico-econômica, a execução de projetos de irrigação, bem como a ampliação ou a reabilitação dos já existentes, constituíram os objetivos do DNOCS no período de 1970, de acordo com a orientação do Governo para o setor.

Todos os projetos beneficiaram diretamente o Polígono das Sêcas.

Completo o Banco Nacional da Habitação o seu sexto ano de atividades com um montante de capital e reservas de cerca de Cr\$ 982 milhões e um ativo real de aproximadamente Cr\$ 7,5 bilhões.

As aplicações feitas pelo Banco no decorrer de 1970, em seus programas habitacionais, de saneamento e complementares, atingiram o montante de Cr\$ 2,8 bilhões, gerando investimentos globais de Cr\$ 6,4 bilhões. Esses resultados obtidos no período elevam o total aplicado desde 1965 a Cr\$ 8,1 bilhões, que deram origem a investimentos superiores a Cr\$ 18,6 bilhões.

No setor habitacional, de acordo com as apurações até agora efetuadas, foram financiadas, em 1970, 129 mil unidades de valor unitário médio em torno de Cr\$ 32 mil, elevando para 677 mil o total de habitações financiadas, mediante convênios e contratos. São mais de 45 milhões de metros quadrados de área construída, no valor global de 18 bilhões de cruzeiros. Mais de três e meio milhões de pessoas estão, portanto, sendo beneficiadas pela atuação do Banco no setor habitacional. Somente em 1970 foram concluídas 108 mil habitações, elevando o total de unidades entregues a cerca de 356 mil.

A baixa nos aluguéis e nas operações de compra e venda de imóveis, ocasionada pela oferta de recursos do Plano Habitacional, aconselhou o restudo de alguns critérios de aplicações, com vistas a desestimular a instauração eventual de dificuldades de comercialização em tais áreas com alocações menos expressivas, buscando, destarte, garantir um mercado equilibrado, seja no terreno habitacional, seja na indústria produtora de materiais de construção.

Parcela substancial dos recursos aplicados no setor habitacional deve-se à mobilização da poupança de quase um milhão e trezentas mil pessoas, por intermédio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. O total de recursos captados pelas entidades do SBPE através desses instrumentos vem crescendo continuamente e já supera a casa dos 3,9 bilhões de cruzeiros.

O ano de 1970 assinalou nova perspectiva para o saneamento básico do País, com a elaboração, pelo BNH, do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que traduz o equacionamento permanente do problema. Viabiliza, desde já, esse plano o abastecimento de água para 80%, pelo menos, da população urbana brasileira.

Na execução de seus programas, foram firmados convênios prevendo o abastecimento de água em 893 municípios, dos quais em 277 já se executam obras orçadas em Cr\$ 1,5 bilhão e com capacidade de atender a cerca de 29 milhões de pessoas, sendo que mais de 14 milhões logo após a execução dos projetos.

Na área das indústrias de materiais de construção e da construção civil, vem-se conseguindo a completa revitalização do setor não só pelos naturais reflexos dos programas habitacionais e de saneamento, como também pelo desenvolvimento do programa específico de Financiamento de Materiais de Construção, que já promoveu investimento da ordem de Cr\$ 2,3 bilhões. Somente durante o ano de 1970, o BNH concedeu aos agentes que atuam no programa financiamentos no valor de Cr\$ 419 milhões, que geraram um total de investimentos da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão.

Como garantia da tranquilidade e da segurança dos trabalhadores, creditou o Banco Cr\$ 1 bilhão de juros e correção monetária nos 5 milhões de contas que integram o FGTS, cujos depósitos em 1970 foram da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões. No decorrer do período, o Fundo devolveu aos trabalhadores, mediante pagamento dos saques efetuados, aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros. O valor acumulado dos depósitos do FGTS superou, em dezembro de 1970, a casa dos Cr\$ 6 bilhões.

Em julho de 1970, foram transferidas para o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) as atribuições do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) e em dezembro a autarquia instalou-se em sua sede própria, no Rio de Janeiro.

Como gestor do **Fundo de Financiamento de Desenvolvimento Local Integrado** (FIPLAN), o SERFHAU aplicou recursos da ordem de Cr\$ 10.377.283,69 em 21 municipalidades.

Os recursos destinados a obras de saneamento totalizaram em 1970 Cr\$ 165.492.875,00 sendo Cr\$ 97.353.000,00 de origem orçamentária, Cr\$ 30.042.114,00 de origem do FNOS, Cr\$ 13.599.161,00 de Convênios e Cr\$ 24.498.600,00 de operações de créditos externos.

Dentre os projetos concluídos ou em andamento, a cargo do órgão específico, há a mencionar: o Sistema de Irrigação na Região do Camaquã, no Rio Grande do Sul; o Sistema de Abastecimento de Água em Aracaju/SE; a Defesa Contra Inundações da Cidade do Recife/PE; a Regularização de Cursos de Águas e Aproveitamento de Terras na Bacia do Rio Suruaca, no Estado do Espírito Santo; a Regularização do Rio Itajaí, no Estado de Santa Catarina; a Canalização do Rio Ivo, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Entidade que tem por finalidade estabelecer as diretrizes da política indigenista do Governo, cumprindo-lhe defender a proteger os silvícolas, sua cultura e patrimônio, bem como a posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e das utilidades nelas existentes, foi a FUNAI reestruturada em 1970, a fim de melhor atender às suas finalidades.

Dentre suas principais atividades contam-se a intensificação da assistência médico-sanitária aos silvícolas, o projeto de preparo de recursos humanos para o trabalho sertano-indigenista e o projeto de participação na área da Transamazônica.

Há, ainda, a mencionar o projeto "Informativo sobre o Índio Brasileiro", em fase final de elaboração em vários idiomas e destinado ao esclarecimento da opinião pública nacional e estrangeira.

Entre as atividades desenvolvidas no ano passado pelo Projeto Rondon, destacam-se: Operação Nacional PR-V (janeiro a fevereiro); Operação Regional PR-VI (julho); inscrição, seleção e planejamento do PR-VII (outubro); lançamento do livro **Rondon Conta Sua Vida** e instalação e desenvolvimento de **campi-avanzados** em diversas regiões.

De um total de 9 convênios celebrados entre o Projeto Rondon e outros órgãos públicos em 1970, cumpre mencionar os seguintes: com o Ministério da Educação, para a realização de um diagnóstico preliminar das condições de ensino e da infra-estrutura sócio-econômico-educacional em áreas atingidas pelo Programa de Ação Concentrada; com a Universidade de Brasília e a SUDECO, para assessoramento, pelos estudantes deslocados para os **Campi-Avanzados** de Aragarças, Goiás, e Barra dos Garças, Mato Grosso, às duas Prefeituras.

Com um montante de investimentos totais superior a Cr\$ 351 milhões, entre recursos do BNH e dos governos do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) superou, no fim de 1970, as metas previstas para o exercício, cumprindo um programa de desfavelamento em que famílias de todos os níveis econômico-financeiro-sociais foram atendidas.

Até o final de 1970, o programa de desfavelamento do Grande Rio, com a duração de três anos, atingiu os seguintes números: construção de 49 conjuntos residenciais; 35.157 habitações entregues ou em fase de entrega e igual número de famílias beneficiadas; 1.610.666,56 metros quadrados de área construída; 49 favelas removidas ou em fase de remoção; e 175.785 beneficiários diretos do Programa.

O Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP) foi instituído pelo Decreto número 67.347, de 1970. A par das atividades de instalação e organização e de estudo do planejamento para a sua futura atuação, dedicou-se ao atendimento das calamidades ocorridas durante o ano e, em especial, à estiação no Nordeste.

Dentre as principais atividades do Grupo Executivo de Irrigação para o

Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) em 1970, há a mencionar as relacionadas com o Plano Nacional de Irrigação (Diagnóstico Preliminar) e com a Elaboração do Plano de Irrigação do Nordeste (primeira etapa), uma das metas do Programa de Integração Nacional.

A modernização e a diversificação das atividades agroindustriais canavieiras e a modificação da estrutura agrária para a absorção da mão-de-obra, mediante o aproveitamento de terras excedentes, foram as metas que dirigiram a atuação do Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN), em 1970.

Na área da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia Lagoa Mirim (CLM), as principais atividades em 1970 foram: os estudos sobre topografia, hidrologia, geologia, irrigação, infra-estrutura de transportes, energia elétrica e agropecuária; relatórios abrangendo a maior parte das áreas do âmbito sócio-econômico; investigações específicas sobre comercialização da carne, lã, arroz, trigo, produtos hortifrutigranjeiros, comércio exterior, cooperativas, aspectos particulares de crédito e pesquisas sociais sobre saúde, educação, habitação, problemas da família e da comunidade.

POLÍTICA SOCIAL

Educação e Cultura

A nova estrutura do Ministério da Educação e Cultura levou à departamentalização da Secretaria de Estado e à distribuição racional de seu trabalho administrativo agrupado em duas grandes linhas:

- a) as atividades-fim, coordenadas pela Secretaria-Geral;
- b) as atividades-meio, coordenadas pela Secretaria de Apoio.

Em 1971, com o desdobramento da reforma administrativa, atuarão os departamentos mediante a administração por objetivos, quicá a primeira experiência que, nesse sentido, se fará em toda a América Latina.

O Governo, partindo da premissa de que educação é investimento, prosseguiu em 1970 no incremento da aplicação dos meios destinados ao ensino. Pela primeira vez em muitos anos, coube individualmente ao MEC a

maior parcela do orçamento, fato que se repetiu em 1971.

Vale ressaltar que só em 1971, para matrículas nos primeiros anos dos cursos superiores, foram oferecidas 170.000 vagas, o que é quase equivalente ao total das matrículas nas séries e cursos superiores existentes em 1966.

Por outro lado, alterou-se o sistema de exames vestibulares, passando-se a realizá-los nas mesmas datas nas Universidades públicas. Com isso se obviou a um procedimento antidemocrático: o do vestibulando que tentava, na mesma área de opção, o exame sucessivamente em várias cidades. Como democracia é, acima de tudo, igualdade de oportunidade, a coincidência de datas impedirá que os mais abastados possam deslocar-se para vários Estados, em exames sucessivos, o que, de resto, causava transtornos à administração.

Desaparece, outrossim, a partir de 1971 a figura legal do excedente, isto é, o aprovado e não matriculado. O vestibular, em todo o Brasil, passou a ser classificatório, com o aproveitamento de todos os candidatos, até o limite de vagas.

Com esse critério teve-se em vista:

- a) eliminar a figura jurídica do excedente;
- b) organizar vestibulares sem a preocupação de evitar a aprovação de candidatos acima do número de vagas oferecidas.

Pela primeira vez realizou-se no Ministério o levantamento, antes dos vestibulares, das vagas fixadas em todo o País, registrando-se um total de 168.291. Como ainda falta computar algumas escolas, a cifra pode ser arredondada para 170.000, conforme se indicou atrás. A julgar pela estimativa do número de vagas correspondente a 1970, ou seja cerca de 130.000, teremos este ano um aumento de 30%, bem superior ao crescimento de 1970 em relação a 1969.

Em 1972 será o vestibular programado em termos de unificação regional.

Conquanto a educação de nível primário e médio seja obrigação predominante dos Estados, cabendo à União tão-somente ação supletiva a respeito, a aplicação dos recursos derivados do salário-educação incre-

mentou grandemente a escolarização em todo o País.

Em 1970, as transferências de recursos para os ensinos primário e médio atingiram a cifra de Cr\$ 106.930.373,17.

O êxito na implantação do programa de ginásios orientados para o trabalho assinala o ponto alto do esforço pela reformulação do ensino secundário. O programa prossegue com absoluta regularidade, revelando o seguinte desenvolvimento:

Programa de construção — etapa 1970/71:

- a) construção de ginásios, 49;
 - b) transformação de ginásios, 5.
- Total de recursos:
Cr\$ 25.500.000,00.

Programa de recursos humanos — 1970/71:

- a) professores em treinamento, 1.048;
- b) professores em reciclagem, 616;
- c) técnicos administrativos em reciclagem, 300.

Recursos aplicados:
Cr\$ 10.359.610,00.

A nova estrutura do ensino fundamental, segundo o projeto de lei a ser enviado em abril próximo ao Congresso Nacional, marcará a ruptura definitiva com a natureza do ensino de mera preparação geral, passando todas as crianças pelas oficinas de prática (eletricidade, motores, madeira, massas, agricultura, etc.), a fim de despertar vocações e orientar a escolha da futura carreira profissionalizante.

O Programa é ambicioso e requer apreciáveis dispêndios em sua implantação, pois para cerca de 300 milhões de cruzeiros há a previsão de construir 300 ginásios, equipá-los e treinar todo o pessoal docente necessário ao seu funcionamento.

Por meio dele será, contudo, possível revolucionar a educação, pondo-a a serviço da preparação dos estudantes para serem úteis, desde cedo, à comunidade.

O MOBRAF já não é uma sigla a mais, na longa trajetória de insucessos nas campanhas de alfabetização.

Judiciosamente planejado, foi lançado no ano internacional da educação, a 8 de setembro de 1970, dia mundialmente consagrado à luta contra o analfabetismo.

Graças à excepcional participação de todos os brasileiros, em regime de esforço comunitário, foi possível obviar à insuficiência de recursos programados para 1970 e, ultrapassando todas as expectativas, pode-se afirmar que, de 8 de setembro de 1970 a 28 de fevereiro de 1971, nada menos de 500.000 brasileiros adultos deixaram de ser analfabetos.

O Movimento prosseguirá com maior intensidade em 1971, visando a incorporar à sociedade, de que se acham marginalizados, mais 1,5 ou 2 milhões de adultos ainda não alfabetizados.

Além disso, dá o MOBRAF seguimento à segunda fase do ensino dos alfabetizados, para propiciar-lhes educação de base e, possivelmente, proporcionar-lhes em futuro próximo o chamado curso de madureza do primário.

A melhoria dos níveis de remuneração dos professores primários, secundários e superiores, é um dos instrumentos para promover a revolução no ensino.

A retribuição insuficiente gerava desalento e falta de dedicação ao magistério, sendo os professores quase meros visitantes de diversas escolas, onde buscavam, em troca de presença fugaz, somar parcelas aviltadas de remuneração. Em consequência, a qualidade do ensino sofria. Gerava-se um círculo vicioso: o ensino era mau porque o professor não se dedicava à escola e o professor não podia devotar-se ao ensino porque tinha de buscar, fora da sala de aula ou em muitas salas de aula num só dia, nova fonte de subsistência.

Um professor titular universitário, em regime de 12 horas semanais de trabalho, percebia menos de Cr\$ 800,00. Hoje, no mesmo regime, faz jus a Cr\$ 1.198,00, mas em regime de tempo integral e dedicação exclusiva a sua remuneração é de Cr\$ 4.790,00.

Visa, assim, a política salarial a desencorajar o regime de doze horas semanais, para poder fazer do magistério verdadeira e digna profissão.

Em tempo integral e em regime de 24 horas semanais, só no ano de 1970 foram incorporados ao sistema educacional 8.000 docentes.

Em 1971 prosseguirá a experiência, mas já se lhe acrescentando o moni-

tor, isto é, o estudante universitário que se vai integrar, mediante retribuição, no magistério superior.

O programa de monitores compreenderá inicialmente 4.000 estudantes. Constituiu preocupação do Governo corrigir a curto prazo o despreparo de grande parte do magistério, onde se encontram somente no nível primário 40% de professores leigos.

Com esse objetivo, em 1970 foram treinados 8.260 professores pelo Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) em curso de férias, sob regime de tempo integral.

Em 1971 será o Programa dinamizado de maneira intensiva.

No ensino superior, prossegue o aperfeiçoamento de professores, em cursos de mestrado e doutorado, tanto no Brasil como no exterior.

Visando, contudo, ao preparo do pessoal da administração para os novos encargos da Reforma Administrativa, o Ministério da Educação e Cultura aplicou Cr\$ 37 416,68 no CETREMEC (Centro de Treinamento de Pessoal).

Alterou-se a sistemática anterior, no que concerne à assistência ao estudante. Para fazer jus à bolsa, deve agora o estudante atender a algumas exigências, entre as quais a de que a renda domiciliar de seu responsável não ultrapasse, dividida pelo número de dependentes, a um salário-mínimo.

Outra inovação consistiu em diferenciar as bolsas, em função do valor do salário-mínimo regional. Assim, as bolsas para as cidades capitais de Estados foram estabelecidas em cifras maiores que as do interior.

Pela primeira vez foram as bolsas rigorosamente pagas dentro do ano letivo.

No total, concederam-se mais de 48.000 bolsas individuais e destinaram-se mais Cr\$ 4.115 640,00 para a outorga de bolsas em convênio com os Estados, aos quais incumbe dar igual quantia em contrapartida.

Constituiu promissora inovação a bolsa de trabalho, implantada, com êxito, em dez Universidades: o estudante trabalhará 4 horas na empresa privada ou de capital misto e receberá igual valor da Universidade para dedicar 4 horas por dia às aulas.

A Campanha de Alimentação Escolar serviu a 10.850.000 escolares, ou seja, 8,6% mais que em 1969. Para 1971 a Campanha espera atingir 11 milhões de escolares, o que significará

80% de toda a população escolar de ensino primário no Brasil.

A Comissão do Livro Técnico e Didático investiu, na aquisição de livros para as escolas, Cr\$ 74 000.000,00.

É de salientar, ainda, o congelamento por três anos do texto dos livros didáticos, de modo a impedir o aumento do preço de venda por motivo de novas edições.

O Instituto Nacional do Livro teve, em 1970, notável êxito ao assinar 103 convênios de co-edição, no total de 582 000 exemplares, vendidos com redução de 40% sobre seu preço normal de venda.

Por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação foram distribuídos, em 1970, recursos ao ensino primário, médio e universitário, assim como, entre outras finalidades, à assistência aos educandos, à educação complementar e a desportos e cultura, no total de Cr\$ 49.884 246,80.

O encontro de Brasília, com a presença de todos os Governadores ou seus representantes, assinala uma tomada de posição, consubstanciada no texto da "Carta de Brasília", em defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

E como decorrência já se começam a colher frutos do conclave. A criação, por alguns Estados, de uma Secretaria de Patrimônio Histórico, seguram-se convênios, como o que acaba de ser estabelecido com Minas Gerais, alocando recursos do fundo de participação para o emprego na preservação sistemática das obras de arte, que são o acervo histórico, artístico e cultural, sobretudo do Brasil-Colônia e Império.

Os planos diretores de Ouro Preto e de Parati, bem como a restauração do bairro do Pelourinho e a transformação em monumento nacional da cidade baiana de Cachoeira, são resultados da crescente preocupação do Governo com a cultura, em seu sentido mais amplo e mais nobre.

Uma das formas — infelizmente das mais frutuosas — de ataque dos materialistas à sociedade contemporânea é a agressão insidiosa aos seus pilares vitais: a moral e o civismo.

No campo moral, os esforços dos nihilistas concentram-se na tentativa de destruir, especialmente pelo ridículo, os valores fundamentais em que se assentam as nossas tradições: a família, o culto dos antepassados, a dig-

nidade do sexo, a fé em Deus e a crença de que o Homem foi feito à imagem e semelhança do Criador.

Tentam os marxistas revolucionários uma revisão da História, para substituir, no altar da Pátria, os nossos heróis pelo anti-herói, como forma de agressão ao cerne da sociedade.

Por isso, o Decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, é peça de alta significação no quadro do ensino brasileiro, restaurando a antiga e saudável prática de apresentar aos jovens, no seu aprendizado de cidadania, os pró-homens de nossa nacionalidade, ao mesmo tempo em que se lhes fortalece a crença nos superiores princípios da democracia brasileira.

Saúde

No desenvolvimento da política nacional de saúde adotou o Ministério como linhas mestras:

- a) a intensificação do combate às doenças transmissíveis;
- b) o incremento da produtividade do sistema de proteção e recuperação de saúde (ampliação e melhoramento da assistência médica);
- c) a expansão da rede de unidades locais de saúde;
- d) a execução de medidas visando à melhor proteção da criança;
- e) o fomento das medidas para a pesquisa pura e aplicada;
- f) o estímulo do saneamento básico, objetivando ampliar os sistemas de água e esgotos, para evitar as doenças de transmissão hídrica;
- g) a educação sanitária, com a finalidade de orientar a população contra certas enfermidades, sobretudo as transmissíveis.

No que concerne ao combate às doenças transmissíveis, foram plenamente satisfatórios os resultados obtidos.

A Campanha de Erradicação da Malária atuou em 1.927 municípios, reduzindo, de forma considerável, o coeficiente da população usualmente exposta à moléstia. A dedetização foi suspensa em 76 municípios (191.238 prédios) por haver cessado nêles a transmissão da endemia.

Pela Campanha de Erradicação da Varíola, foram vacinadas 80% de uma população de 40.000.000 de pessoas. Enquanto de 1962 a 1969 se realizaram 46.126.165 vacinações, sô-

mente em 1970 foram vacinadas mais de 32.000.000 de pessoas. A incidência da endemia baixou consideravelmente em todo o território nacional, havendo sido objeto de cuidadosa investigação todos os casos notificados aos 1.700 postos instalados no País, em especial na Amazônia.

A profilaxia da doença de Chagas objetivou principalmente o combate aos vetores, procurando-se interromper a transmissão, já que a melhoria da habitação rural, dependente do desenvolvimento econômico, é objetivo para ser atingido a longo prazo.

O combate aos focos endêmicos da peste (205 municípios distribuídos pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foi levado a efeito regularmente. Registraram-se em todo o ano somente 95 casos da enfermidade, sendo 74 no Ceará, 9 em Pernambuco, 1 em Alagoas e 11 na Bahia. Nos trabalhos profiláticos foram despoluídas 142.088 casas; feitas 596.265 aplicações de cianogás; empregadas 2.854.495 doses de raticidas e destruídos 1.164.170 ratos.

No Pará e Maranhão, os focos de reinfestação do *aedes aegypti*, o transmissor da febre amarela, foram rigorosamente combatidos, não havendo sido menos rigorosa a vigilância dos portos e aeroportos, com o mesmo objetivo. Como resultado, em Belém, o índice de infestação baixou de 5,6% para 0,2%; em São Luís, de 2,9% para 0,4%; e em Ribamar (Maranhão), de 3% para 0%.

Tôdas as demais localidades reinfestadas do Piauí e Maranhão foram, outrossim, objeto de atenção.

As atividades de combate à *leishmaniose*, ao tracoma, à esquistossomose, ao bócio endêmico, à ancilostomose, à boubá, à tuberculose, à lepra e demais doenças transmissíveis prosseguiram normalmente.

Proseguiu-se, outrossim, na campanha de educação sanitária, com especial ênfase no que concerne ao câncer, à tuberculose e à lepra.

Boa parte da atenção do Ministério foi, por outro lado, dedicada ao problema do saneamento básico, mediante serviços de abastecimento de água adequados, beneficiando mais de um milhão e meio de brasileiros, em par-

ticular habitantes de zonas pouco desenvolvidas.

Em matéria de organização sanitária, prestou o Ministério serviços de assistência técnica aos Estados e Municípios, por intermédio de seu órgão competente.

No campo da assistência médico-hospitalar, foram elaborados 15 anteprojetos de unidades hospitalares e para-hospitalares com vistas a vários Estados.

E no campo da assistência materno-infantil 600.000 pessoas se beneficiaram do programa de assistência alimentar, que se destina a gestantes, nutrízes lactantes e pré-escolares.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) atuou intensamente em 1970. No campo epidemiológico instalou 1.881 postos de notificação, sendo 1.690 no interior, e colaborou na Campanha de Erradicação da Febre Amarela no Pará e Maranhão.

Pela Assistência Médico-Sanitária Geral prestou serviços a cerca de 7.500.000 habitantes em 12 Estados, por meio de 151 unidades sanitárias e setores externos de 22 outras, mistas. Atendeu em regime de ambulatório, dando prioridade às gestantes e às crianças até 4 anos, a 1.260.815 consultas médicas e 386.488 de enfermagem. No controle de doenças transmissíveis imunizou 682.210 pessoas e fez 197.053 visitas domiciliares.

No setor hospitalar (22 unidades mistas para internamentos de casos de clínica médica, cirurgia, pediatria e obstetrícia) com 610 leitos, houve 221.567 leitos-dia e 150.560 pacientes-dia. Altas em número de 28.014, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 67,9% e à média de permanência de 5,3 dias.

No que diz respeito aos sistemas de abastecimento de água, concluiu 80 obras, tem 116 em andamento e 27 projetos elaborados e 12 em elaboração.

Prosegue, por outro lado, implantando ou elaborando projetos de sistemas de esgotos.

Criada pelo Decreto n.º 66.624, de 22 de maio de 1970, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz congrega Órgãos Centrais de Divisão Superior (Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Presidente Castello Branco e Instituto de

Produção de Medicamentos) e Órgãos Autônomos (Instituto Fernandes Figueira, Instituto de Endemias Rurais, Instituto Evandro Chagas e Instituto de Leprologia).

Tôdas essas Organizações dedicam-se à pesquisa pura e aplicada ou ao ensino em variados campos da medicina ou então (Instituto de Endemias Rurais) integram a Fundação, tendo em vista as investigações e pesquisas aplicadas às endemias rurais, inclusive com o auxílio dos laboratórios regionais, que são: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (Pernambuco), Núcleo de Pesquisas da Bahia, Núcleo Central de Pesquisas (Guanabara) e Centro de Pesquisas René Rachou (Minas Gerais).

Mais de uma centena de trabalhos de pesquisa científico-médica foram publicados durante o exercício de 1970 pelos técnicos em atividades nos diferentes laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz. Por sua vez, o Instituto Presidente Castello Branco realizou em 1970 vários cursos de pós-graduação da maior importância em saúde pública.

O Instituto de Produção de Medicamentos elaborou produtos biológicos e preparados quimioterápicos e pesticidas, destinados aos fins mais diversos.

Em relação ao planejamento elaborado para desenvolvimento em 1971, dentro dos programas de Metas e Bases do Governo, podem ser destacados:

- a) prosseguimento das campanhas de erradicação da varíola e da malária, bem como de outras endemias, tais como: esquistossomose, doença de Chagas, peste, tracoma etc.;
- b) integração dos serviços públicos e de saúde com a nova estruturação dada às Delegacias Federais de Saúde e a criação de unidades locais de saúde; estímulo ao Seguro Saúde e implantação de um Sistema Nacional de Assistência Médica em Unidades da Federação;
- c) desenvolvimento de extenso programa no setor de proteção materno-infantil e de educação sanitária;
- d) combate à poluição ambiental, abordado efetivamente pela

primeira vez pelo Governo por meio de órgão especializado;

- e) pesquisas médicas, básicas e aplicadas, visando à solução de problemas médicos ainda não esclarecidos;
- f) saneamento, com o prosseguimento e intensificação dos programas de abastecimento de água nas comunidades situadas em áreas não desenvolvidas e onde existem doenças de transmissão hídrica;
- g) produção de medicamentos para as campanhas sanitárias do Ministério da Saúde e para o fornecimento, a baixo custo, às populações menos favorecidas;
- h) execução do programa sanitário especial destinado a proteger a implantação de núcleos populacionais ao longo das rodovias Transamazônica e Guará-Santarém, denominado "Operação Oswaldo Cruz", que ficará a cargo de vários órgãos do Ministério da Saúde, em contribuição ao Plano de Integração Nacional do Governo.

Ao iniciar-se o ano de 1970, levou a efeito o Ministério da Saúde duas providências básicas, necessárias ao seu bom funcionamento, a saber:

- a) a reformulação de sua estrutura interna, com vistas a melhor aparelhá-lo ao desempenho da missão que lhe compete;
- b) o cancelamento do Plano Nacional de Saúde, que a atual administração encontrou em início de implantação, por considerá-lo economicamente inexecutável, conforme parecer, a respeito, emitido por Comissão de Alto Nível.

Trabalho e Previdência Social

A melhor distribuição da riqueza e amparo aos necessitados constituem os objetivos primordiais do Governo no setor do trabalho e da previdência social.

Entre os passos decisivos dados, em 1970, em direção a esses objetivos, cabe mencionar o Programa de Integração Social, consubstanciado na Lei Complementar n.º 7; o Decreto n.º 67.227, destinado a valorizar a ação

sindical; a progressiva uniformização do salário-mínimo nas diferentes regiões do País; e as reformas, a pouco e pouco, introduzidas no sistema previdenciário.

Ao Governo foi possível tomar tais iniciativas graças, principalmente, ao clima de tranquilidade que tem marcado as relações entre empregados e empregadores, não se havendo registrado greves nem agitações e encontrando solução legal e pacífica os naturais choques de interesses, seja pela intervenção do Poder Judiciário trabalhista, já agora aparelhado, mediante instrumentos processuais novos e tribunais de primeira instância em maior número, para o cumprimento de sua missão conciliadora.

O Programa de Integração Social, já em fase inicial de execução, concretiza o pensamento do Governo no sentido de fortalecer a empresa e valorizar o empregado, dotando assim o País de estrutura social e política apta a favorecer a edificação de uma sociedade aberta e desenvolvida, resultante da efetiva participação de todos os brasileiros na riqueza comum.

A aprovação unânime, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei, que veio dar aplicação e vida a um dos mais importantes preceitos constitucionais, significou, sem dúvida, o apoio de toda a Nação a um plano corajoso, original e realista, cujos frutos, a médio e longo prazos, hão de contribuir eficazmente para a plena implantação da justiça social em nosso País.

Visando a efeitos imediatos e no intuito de dinamizar a atividade sindical, em benefício dos associados, cujo número deve ser aumentado, delineou o Governo outro plano, a que deu vigência e forma pragmática o Decreto n.º 67.227, de 21 de setembro de 1970. Com esse plano, que não se pretende inédito ou de novidade absoluta, procura o Governo coordenar e aprimorar providências, já previstas em leis e regulamentos, imprimindo-lhes feição orgânica e objetiva. Repartindo com os sindicatos a responsabilidade pelos serviços de assistência médica aos segurados da Previdência Social e proporcionando, por outro lado, aos sindicalizados acesso mais fácil ao crédito bancário ou fornecendo recursos às entidades sindicais para a reforma

e ampliação de suas sedes, com a criação de escolas, clubes e campos de esporte, não somente concorre o Decreto para o incremento da sindicalização, garantindo maior grau de representatividade ao sindicato, como, outrossim, compensa, com várias modalidades de salário indireto ou suplementar, os níveis salariais, que os imperativos da política antiinflacionária ainda obrigam a manter.

O esforço tendente a melhorar, por todos os meios, o ganho do trabalhador se evidencia igualmente no Programa Especial de Bolsas de Estudos, que conseguiu, em 1970, distribuir a filhos de operários sindicalizados um total de bolsas superior à soma das que foram distribuídas em 1968 e 1969.

A uniformização do salário-mínimo, iniciada, em 1970, com a redução das zonas salariais de quatorze para sete, deverá prosseguir, em duas etapas, até o total nivelamento, cujas vantagens, quer para o desestímulo às migrações internas, quer para o aumento da capacidade aquisitiva e do consumo interno nas regiões menos favorecidas, se aliam ao sentido eminentemente nacional da nova política salarial.

Voltado para os que mais precisam da proteção do Estado, o Governo se empenha em aperfeiçoar, quanto possível, dentro dos recursos existentes, a Previdência Social. Fêz-se, em primeiro lugar, o levantamento das necessidades e possibilidades de reforma do mecanismo previdenciário, tendo em vista a unificação dos antigos Institutos. O inquérito, realizado com participação de representantes de empregadores e de empregados, levou a uma série de conclusões, à luz das quais se formularam diretrizes e linhas de ação, que estão sendo obedecidas. No decurso do ano de 1970, a arrecadação do Instituto Nacional de Previdência Social, em virtude de medidas simplificadoras postas em prática, aumentou de 39% em relação ao ano anterior. Foi possível, por isso, ampliar, como estava planejado, o atendimento médico aos segurados, o qual, a partir de setembro último, está tendo a cooperação dos sindicatos, no tocante ao serviço ambulatorial. Para o ano de 1971, cuida-se prioritariamente de organizar e consolidar a produção de medicamentos, a serem distribuídos, gratuitamente ou a pre-

ço de custo, aos segurados da Previdência e seus dependentes.

A extensão dos benefícios da seguridade social ao homem do campo é, por outro lado, na presente conjuntura, preocupação dominante do Governo, certo que está de que é viável um programa que venha dispensar aos trabalhadores rurais a assistência, de que ainda não gozam como deviam e é de se esperar.

Em linhas gerais e sucintamente enumeradas, foram essas as normas e as iniciativas de meu Governo no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Sem pruridos demagógicos e sem inclinações paternalistas, tudo quanto se empreende, nesse setor, tem em mira fazer com que o desenvolvimento econômico não seja obstáculo, mas incentivo à promoção social dos trabalhadores.

Comunicações

O programa de integração operacional das empresas telefônicas é um dos objetivos do Governo em 1971.

A multiplicidade e diversidade de empresas operadoras de serviços de telefonia, entre nós, têm sido um dos principais obstáculos ao seu satisfatório desenvolvimento.

Para vencer o obstáculo, promoverá o Governo estudos com vistas à efetiva integração operacional dessas empresas, mediante a sua aglutinação em organizações de maior porte e capacidades, pois, de levar avante os grandes e inadiáveis programas que se fazem necessários à expansão e aperfeiçoamento das comunicações.

As organizações em aprêgo deverão obedecer a controle operacional e de planejamento centralizado, a ser exercido por empresa de âmbito nacional, especificamente selecionada para esse fim.

Tal empresa, além de ditar as normas operacionais indicadas, estabelecerá as diretrizes gerais de planejamento e centralizará os recursos de financiamento e investimento no setor.

Visando a promover a dinamização do setor da telefonia pública urbana, com o fim de compatibilizá-la com os avanços já alcançados no campo da telefonia interurbana e dar atendi-

mento, ao menos em parte, à demanda reprimida daqueles serviços, compreenderá o Governo a elaboração de um plano integrado e plurianual de expansão telefônica, de âmbito nacional.

Compreenderá o plano: cadastramento completo das empresas operadoras de serviços de telefonia no País, levantamento e projeção da demanda de tais serviços, estudo aprofundado das formas de obtenção de recursos de investimento e financiamento para os programas de expansão a serem implantados.

É política do Governo, por outro lado, continuar incentivando a atividade das indústrias de equipamentos de telecomunicações instaladas no País, assegurando-lhes mercado e contemplando-as objetivamente nos programas que serão elaborados.

Tal política visa não somente a assegurar a estabilidade social, econômica e financeira a esse importante setor de atividades, mas também a buscar a progressiva padronização de equipamentos e, mediante a ampliação do respectivo mercado e programação do consumo, promover substancial redução dos seus custos de produção.

A fim de dar adequado suporte de pessoal aos programas que serão implantados, adotará o Governo medidas capazes de permitir a especialização de pessoal técnico na quantidade e com as qualificações necessárias para a sua efetiva execução.

Com esse objetivo, promover-se-á o estabelecimento de centros de treinamento e especialização junto às principais empresas operadoras de serviços de telefonia, notadamente junto à empresa de âmbito nacional que será encarregada do controle operacional e planejamento centralizado do setor. Dar-se-á, igualmente, apoio e incentivo às Escolas Técnicas, com a finalidade de orientá-las para o atendimento das necessidades do setor dentro das qualificações exigidas.

Terão continuidade os estudos visando à consolidação da legislação de telecomunicações do País, a fim de uniformizá-la e adequá-la à realidade atual, e objetivando, em especial, a criação dos instrumentos jurídicos

indispensáveis aos programas de profundidade, que serão encetados.

Durante o ano de 1971 será dada especial ênfase à participação do Ministério das Comunicações nas reuniões e atividades dos organismos internacionais de telecomunicações.

A atuação do Ministério será particularmente intensa no seio da Comissão Interamericana de Telecomunicações, onde cabe ao Brasil a presidência da Subcomissão de Radiodifusão; do INTELSAT, organismo internacional coordenador da implantação e do desenvolvimento da Rede Mundial de Comunicações por Satélites, em cujo Comitê de Direção o Brasil tem assento; e da União Internacional de Telecomunicações, em cujas principais reuniões o Brasil se fará representar.

Essa ativa participação tem por finalidade, não só manter os órgãos especializados do Governo a par dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos no setor, mas, outrossim, resguardar os interesses nacionais nas importantes decisões políticas adotadas no seio desses organismos internacionais.

Vários são os projetos específicos que serão encetados no âmbito do Ministério das Comunicações e suas empresas vinculadas.

No setor da telefonia, já se deu início aos estudos e providências indispensáveis à expansão da rede da Companhia Telefônica Brasileira, num total de 1.000.000 de novos terminais a serem instalados no período de ... 1971/1974.

No setor de telex, o Ministério das Comunicações adotará as medidas e estabelecerá os instrumentos de orientação e apoio necessários à execução, pela EMBRATEL, de um Plano Plurianual de Expansão da Rede Nacional de Telex, que prevê a instalação de 13.500 novos terminais em todo o País.

O Plano Nacional de Radiodifusão deverá ficar concluído no corrente ano e permitirá a adoção de providências colimando a instalação de Estações de Alta Potência no Distrito Federal e na Amazônia.

Será concluído, em 1971, o planejamento para a implantação da TV a cores no País, compreendendo a exe-

cução de providências que visem à formação de pessoal das emissoras e das fábricas de equipamentos receptores.

Serão promovidas as medidas de apoio com vistas ao aprimoramento dos serviços postais em todo o País, incluindo-se a elaboração de planos para a reestruturação e modernização dos Correios.

Durante o ano de 1971, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) empenhar-se-á por atingir os seguintes objetivos:

- a) Conclusão da implantação dos restantes 9.600 quilômetros de troncos do Sistema Básico Nacional de Telecomunicações, que interligará todas as Capitais de Estados e Territórios.
- b) Planejamento das expansões de troncos já em operação.
- c) Início da execução dos trabalhos de implantação de Cabo Submarino Internacional, ligando o Brasil à Europa (Recife—Ilhas Canárias).
- d) Progressiva absorção e ampliação dos serviços de telex, atualmente a cargo da ECT.

A Companhia Telefônica Brasileira caberá executar os programas a seguir indicados durante o ano de 1971:

- a) Início da instalação de 1.000.000 de novos telefones em sua área de concessão.
- b) Expansão de sua rede de circuitos interurbanos.

São os seguintes os objetivos colimados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no ano de 1971:

- a) Planejamento da nova estrutura da ECT.
- b) Instalação de novas Agências Postais em todo o País.
- c) Treinamento de 25.000 funcionários, com vistas à sua utilização na nova estrutura.
- d) Redução progressiva do déficit mediante aumento da receita e racionalização dos serviços.

Incentivará, ainda, o Ministério das Comunicações o aprimoramento e a expansão dos sistemas de telecomunicações operados por empresas regio-

nais concessionárias de serviços dessa natureza, estabelecendo as diretrizes e normas capazes de regular os respectivos programas e buscando, inclusive, promover, por meio da empresa de âmbito nacional, a obtenção e aplicação de recursos de financiamento e investimento para elas.

POLÍTICA EXTERNA

Relações Exteriores

Condicionado pela sua posição de país atlântico, americano e em vias de desenvolvimento, mantém-se o Brasil dentro de suas matrizes tradicionais de política externa, tendo por objetivos principais a manutenção da integridade de seu espaço geográfico, a preservação de sua segurança e a busca de acelerado desenvolvimento econômico, cultural e social.

Traduzem-se esses objetivos em ação continuada em favor da organização da paz e da convivência harmônica dos povos, da solidariedade interamericana, da segurança política hemisférica e da implantação de um sistema de cooperação que conduza à segurança econômica coletiva.

Persistindo numa linha de coerência histórica, opõe-se o Brasil à divisão do mundo em zonas de influência, considerando a paz condição essencial à conquista do progresso e conservando-se fiel ao preceito da solução pacífica das controvérsias, principal linha de atuação da sua diplomacia. Por isso mesmo, embora reconhecendo que as Nações Unidas necessitam de reformas aperfeiçoadoras, mantém sua fé no destino da Organização, que já deu provas de ser capaz de reduzir tensões e de atalhar conflitos em várias partes do mundo. O Brasil está convencido de que deve ser revitalizado o caráter político da ONU e, por essa razão, teve papel de relevo na elaboração de documento sobre medidas relativas ao fortalecimento da segurança internacional, que, na condição de Presidente do Grupo Latino-Americano, apresentou durante as comemorações do XXV Aniversário das Nações Unidas. Esse documento de singular importância, em que se preconiza o fortalecimento das Nações Unidas como instituição política e centro de atividade e negociações diplomáticas, foi aprovado por unanimidade e é hoje peça essen-

cial de nova filosofia para a Organização Mundial, como elemento de paz, justiça e progresso e não apenas como instrumento da manutenção do *status quo* internacional.

Consciente de que se aprofundam as distâncias entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento, trabalha o Brasil sem cessar pela eliminação da desigualdade econômica, científica e tecnológica entre as Nações, empreendendo uma atividade de permanente convencimento e aglutinação, não só em suas relações bilaterais, mas também nos organismos de atuação multilateral.

Pela mesma razão, defende o Brasil a ampla liberdade de aquisição das conquistas da ciência e da técnica e repele os mecanismos pelos quais se pretende que a aplicação pacífica das novas e ilimitadas fontes de energia constitua privilégio de alguns países.

Propugna, em vários foros, pela criação de novas condições para a transferência de tecnologia e defende o estabelecimento de condições especiais para a aquisição do conhecimento tecnológico pelos países em vias de desenvolvimento. Seu trabalho se amplia para assegurar o desenvolvimento de uma tecnologia adequada às nossas condições peculiares e ao nosso estágio de desenvolvimento.

Se essa luta contra o subdesenvolvimento se faz no plano mundial, grande parte da atuação brasileira concentra-se naturalmente, pela semelhança de interesses e pela tradição histórica, no aperfeiçoamento da cooperação interamericana, especialmente no âmbito da ALALC.

Com vistas a apressar a instauração da segurança econômica continental, empreende o Brasil constantes esforços para criar efetivo sistema de transportes e comunicações no Hemisfério, com o objetivo de permitir o incremento do comércio, a expansão das trocas culturais e do conhecimento mútuo e a conseqüente instalação de uma comunidade de interesse na prosperidade e no reconhecimento da igualdade dos direitos soberanos.

Ao mesmo tempo em que procura expandir e aprofundar suas relações com os Estados Unidos da América e

com os países latino-americanos, busca o nosso País, outrossim, mais estreita aproximação com os países anglofônos das Caraíbas e com o Canadá.

Fora do Continente, procura o Brasil ampliar o diálogo com a Europa Ocidental, para expandir seu comércio com os países que a compõem e deles colher maior ajuda financeira e técnica. Está atento, sobretudo, à conveniência de estreitar os contatos com a Comunidade Econômica Européia e os países que lhe são associados pelas Convenções de Iaundé e Aruxa.

Com os países europeus de economia centralmente planificada, objetiva a expansão do comércio, meta que também se aplica aos países da Ásia e da Oceania, especialmente o Japão, com o qual a intensificação, em 1970, de nossas relações, sobretudo nos campos econômico e científico, merece menção à parte.

Empreende, por outro lado, a diplomacia brasileira esforços para penetrar nos mercados do Oriente Médio, tradicionais fornecedores de petróleo ao nosso País, enquanto, na África, busca, não só promover os seus próprios produtos de exportação, mas, também, conciliar esforços para a proteção comum dos produtos de base.

Em todas essas áreas, a política do Brasil é de entendimento e cooperação com os países aos quais o ligam relações diplomáticas e de equidistância nas disputas e diferenças que, em alguns casos, separam uns dos outros.

Por todos os quadrantes procura o Brasil, ademais, fazer-se mais conhecido, difundindo seus valores culturais e as produções de seu espírito criador. Essas atividades se exercem com maior intensidade, como é natural, no Continente Americano, onde já existe uma rede de centros de estudos brasileiros.

O trabalho de revelação de nossa realidade constitui peça básica da ação constantemente exercida pela diplomacia brasileira no exterior — e sobretudo na Europa e nos Estados Unidos — para libertar a nossa imagem das deformações que ultimamente lhe têm sido impostas por campanha difamatória organizada por aqueles que não se conformam com os

êxitos obtidos pelo modelo brasileiro de desenvolvimento.

Busca, assim, toda a ação externa do Brasil preservar sua integridade territorial, sua identidade nacional, sua segurança política e seu crescimento econômico. Por essa forma, ao mesmo tempo em que o País, em perfeita harmonia com as nações vizinhas, consolida a ocupação de seu espaço geográfico terrestre, assegura, com o estabelecimento de seu mar territorial até 200 milhas da costa, os contornos dos limites de sua soberania marítima.

A fim de fazer frente a situações internacionais que tendem a ganhar em complexidade e em rapidez de evolução, faz-se necessário que o Itamarati — cuja transferência para Brasília se efetivou nos primeiros meses de 1970 — reorganize sua estrutura e modernize os seus métodos de trabalho.

Para tanto, foram incluídos nas "Metas e Bases para a Ação de Governo" projetos prioritários, a serem efetivados no triênio 1971-1973, os quais permitirão:

a) Mais intensa atuação do Itamarati na área de promoção de exportações, em consonância com os planos governamentais de preservar as receitas oriundas de nossos produtos tradicionais e diversificar nossa pauta exportadora, de forma a nela incluir, em quantidades crescentes, manufaturas e semimanufaturas.

b) Ativa participação do Itamarati nos esforços do Governo para implantar uma política científica e tecnológica. Pelo aproveitamento de sua rede de missões diplomáticas e repartições consulares, instalar-se-á um sistema de coleta e disseminação de informação científica e tecnológica, que será coordenada com outros sistemas, já existentes ou em vias de implantação, de finalidade congênere.

c) Elaboração de estudos sobre temas internacionais de natureza especulativa, mas de finalidade operacional. Para tanto, estuda o Itamarati a possibilidade da criação de uma fundação de direito privado com a triplíce finalidade de realizar estudos sobre temas internacionais, exercer atividades pedagógicas para aperfeiçoamento, em alto nível, dos funcionários di-

plomáticos, e divulgar as linhas gerais de política externa brasileira.

d) Melhoria e ampliação da base de recrutamento para a carreira diplomática, aperfeiçoando-se o sistema de treinamento oferecido pelo Instituto Rio Branco.

e) Revisão dos métodos de trabalho do Itamarati, de forma a dar-lhe maior eficiência e permitir melhor entrosamento da ação do Ministério com os planos nacionais de governo.

Como base para a implantação desses projetos, estuda o Itamarati ampla reforma de sua estrutura. A implementação dessa reforma, combinada com a execução de seus projetos prioritários, deverá aumentar a eficácia operativa do Ministério e sua integração na realização harmônica dos planos do Governo.

POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA Justiça

A atuação do Ministério da Justiça, tanto na preservação como no aprimoramento da ordem jurídica, se fez sentir por intermédio dos organismos encarregados dos problemas de natureza legal e de segurança interna.

No que concerne aos problemas de natureza legal, prosseguiu ativamente em 1970 a tarefa de preparação dos novos Códigos, encontrando-se em fase de sugestões para a redação final o de Processo Penal, o das Contravenções Penais, o de Execuções Penais e o do Processo do Trabalho. Em estudo acham-se o Código de Menores, o de Aplicação das Normas Jurídicas, o Código Civil e o de Processo Civil, bem como o Código de Contabilidade da União, o Código Penal, o Código de Direito do Autor e o Código da Navegação.

Prosseguiu, igualmente, o Ministério da Justiça nos estudos concernentes à elaboração dos projetos de lei sobre o cumprimento da Constituição, a que se referem os arts. 119, letra I, 122, 144, § 5.º, e 199 de nossa Carta Magna.

No campo da segurança interna, atuou o Ministério, por intermédio de seus órgãos competentes, no cumprimento de sua função primordial de assegurar a estabilidade do regime, a ordem, a paz e a tranqüilidade indispensáveis ao progresso do País,

não deixando, inclusive, para esse fim, de promover a repressão a abusos do poder econômico, na forma da legislação em vigor a respeito.

Como órgão político do Governo, a ação do Ministério da Justiça terá como objetivo precípua o de zelar pela ligação e a harmonização entre os Poderes da República, notadamente entre o Poder Executivo da União e o Congresso Nacional, visando à manutenção da unidade de pensamento e de ação, no plano da atividade política, como está definido nas metas e bases para a ação de Governo.

A sua atuação se fará presente na preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais, sem descuidar das outras medidas de caráter geral e permanente, que decorrem da execução daquelas diretrizes básicas.

Para tanto, incluiu o Ministério da Justiça em seu programa de trabalho para 1971, entre outros, os seguintes projetos e medidas:

- a) revisão ou elaboração dos Códigos, ainda pendentes;
- b) elaboração das leis complementares da Constituição e regulamentação de dispositivos constitucionais;
- c) ampliação da Justiça do Trabalho, no tocante aos órgãos judicantes de primeira instância;
- d) estímulos ao Registro Civil de Nascimentos;
- e) consolidação da Justiça Federal de primeira instância;
- f) reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal.

Marinha

Em atendimento ao Plano Geral de Adestramento da Marinha e em decorrência das atividades de socorro e salvamento, patrulha, transporte e instrução, grande foi a movimentação das unidades navais em operações que envolveram não só outras Forças Armadas, mas, também, Marinhas de outros países, proporcionando a oportunidade de mostrar a nossa Bandeira em vários portos estrangeiros e assim nos reafirmando como potência marítima.

Continuaram, por outro lado, intensas as atividades do setor de socorro e salvamento, não apenas em adestramento por meio da realização

de exercícios de reboques a contrabordo e pela pôpa, utilização do *beach-gear* e cabresto Liverpool, como também em operações reais que atingiram o total de trinta e nove na costa e em alto-mar, além daquelas realizadas por embarcações menores em águas interiores.

Os navios de Força de Transporte desenvolveram atividades não só relacionadas com as necessidades da própria Marinha, mas também atenderam a solicitações das demais Forças Armadas e de órgãos das Administrações Federal, Estadual e Municipal.

Além disto, empreenderam-se inúmeras viagens comerciais, no Brasil e no exterior, que suplementaram as atividades da Marinha Mercante.

Foi incorporado, em 30 de novembro, o navio patrulha-costeiro "Piratiní", primeiro de uma série de seis (6) unidades em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. É prevista a conclusão do último navio da série em setembro de 1971.

Foram recebidos, igualmente, quatro helicópteros SH-3D para emprêgo anti-submarino e um H-300 para instrução.

Entregaram-se várias lanchas a Capitânicas e Delegacias dos Portos para o cumprimento de missões relativas à Polícia Naval.

Foram desincorporados e alienados seis helicópteros de emprêgo geral, por término de sua vida útil, e um anti-submarino, por perda total decorrente de acidente em serviço.

O Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, motivou a reformulação da Estrutura Básica do Ministério da Marinha, aprovada pelo Decreto n.º 62.860, de 18 de junho de 1968, e implantada em 1.º de julho de 1969.

Embora implantada a nova estrutura no ano de 1969, os efeitos provocados sobre a administração naval só se fizeram sentir, efetivamente, em 1970, com a mudança para Brasília dos Órgãos de Direção Geral e Direção Setorial (com exceção do Comando de Operações Navais, cuja sede é o Rio de Janeiro), realizada em 4 de agosto daquele ano.

Aprovaram-se vários regulamentos, restando, apenas, os relativos aos ser-

viços de Intendência e Engenharia para encerrar a regulamentação de toda a nova estrutura da Marinha.

Procedeu-se, outrossim, à revisão da Sistemática do Plano-Diretor, introduzindo-se modificações que permitem o uso do processamento eletrônico de dados, para maior facilidade de sua programação e de seu controle.

Tem a Marinha procurado acompanhar o desenvolvimento industrial do País, não só auxiliando nossa indústria por intermédio de suas bases e arsenais, como também procurando interessá-la nos campos de atividades militares específicos daquela Secretaria de Estado, com vistas à nacionalização dos sobressalentes em geral e ao desenvolvimento de protótipo de vários equipamentos para sua fabricação em série, após aprovação, e respectiva padronização.

Os maiores óbices à nacionalização tem sido a complexidade e segurança exigida para os equipamentos militares e o financiamento necessário à fabricação de protótipos. Em 1970, por meio de convênio realizado com o BNDE (FUNTEC), obteve-se algum financiamento no campo da eletrônica e pesquisas.

Os óbices à nacionalização acima apontados mais se fazem refletir na construção naval, onde o alto índice de nível técnico exigido e a necessidade de financiamentos vultosos impedem a utilização das indústrias navais atualmente instaladas no País.

Apenas no que concerne à construção de navios e embarcações de apoio tem sido possível efetuar a construção na indústria nacional e, mesmo assim, se forem incluídas algumas especificações de caráter militar, o preço passa a ser proibitivo, como se verificou na última concorrência realizada para a construção de um navio-faroleiro.

As construções navais ora sendo realizadas no exterior tornaram-se possíveis graças a financiamentos estrangeiros aprovados por Comissão Interministerial da qual participaram representantes dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda, da Marinha e do Banco Central.

Como resultado das decisões dessa Comissão foi assinado, em 29 de se-

tembro de 1970, em Londres, o Contrato de Construção de seis fragatas com a **Vosper Thornycroft Group**, firma licitante da proposta que melhor atendia aos interesses da Marinha.

Serão construídas na Inglaterra duas fragatas na versão Anti-Submarina e duas na versão Emprêgo Geral, sendo que duas serão construídas no Brasil, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

A construção de duas fragatas no Brasil trará à construção naval de nosso País vários benefícios, entre eles a aquisição de "know-how" técnico inexistente entre nós, a oportunidade de utilização de material específico de nossa indústria naval e o retorno do AMRJ à construção de navios de porte.

Resta ainda lembrar que parte do financiamento externo será assim aplicada em nosso País.

A essas fragatas foram atribuídas os seguintes nomes: "Niterói", "Defensora", "Constituição", "Independência", "Liberal" e "União", evocando fragatas brasileiras existentes nos primórdios de nossa vida como Nação independente.

Dentre outras construções navais em andamento cabe mencionar: o Projeto Submarino Humaitá, o Projeto Varredores Aratu, o Projeto Patrulha-Costeira Piratini, o Projeto Patrulha-Fluvial, o Projeto Faroleiro, o Projeto Balizadores e o Projeto Avisos Hidrográficos.

Prossegue em ritmo acelerado o programa de Fabricação de Munição Naval, vários setores do qual se constituem em trabalhos pioneiros no gênero, o que representa grande contribuição para o desenvolvimento técnico-industrial do País. A colaboração da indústria civil e da indústria militar do Exército, em trabalho integrado com a Marinha, tem sido responsável pelo êxito alcançado e comprovado com o uso, já rotineiro, da munição fabricada no País.

A produção da munição de 127 mm e 40 mm tem correspondido à expectativa e só não é maior por ter que se restringir às disponibilidades financeiras; já se encontra, por outro lado, em fase de ultimação a munição de 20 mm encomendada à CBS.

Com o propósito de reduzir o custo da produção, tem a Marinha fornecido a maquinaria, por empréstimo, às in-

dústrias civis que concorrem na fabricação de componentes da munição, o que auxilia grandemente tais indústrias.

A munição naval produzida no Brasil poderá contribuir para obtenção de divisas externas em benefício de nosso País, dado o interesse já demonstrado por nações amigas na aquisição de vários tipos de tal munição.

A par da fabricação em si, têm sido levadas a efeito pesquisas de armas novas e novos processos de produção, com o auxílio do Instituto de Pesquisas da Marinha.

Como exemplo de cooperação realizada com a indústria civil, pode ser mencionado que somente a Fábrica de Armamento da Marinha fabricou no ano de 1970, para a indústria particular, 17.967 peças, estando em processo de fabricação outras 54.914.

Tem prosseguido satisfatoriamente, outrossim, em continuação ao programa iniciado anteriormente, o reaparelhamento e modernização das redes de comunicações da Marinha, abrangendo não só a rede principal fixa entre os Distritos Navais, mas, também, a rede móvel, a rede telex, a rede radiogoniométrica e a rede telefônica.

O importante é que este reaparelhamento e modernização têm sido levados a efeito com equipamentos de fabricação nacional, resultado de esforço conjunto e experimentação contínua da indústria civil com a Diretoria de Comunicações e Eletrônica da Marinha.

A busca da nacionalização de nossos equipamentos eletrônicos de bordo tem representado constante luta daquela Diretoria, que, juntamente com a nossa indústria civil (à qual propicia todo o apoio técnico ainda carente em nosso País, com algum apoio de financiamento realizado mediante convênio com o BNDE), tem conseguido obter os mais legítimos êxitos.

São numerosos, a respeito, os projetos concluídos e em andamento, muitos de grande alcance.

Outro projeto de alta significação, iniciado em 1970, é o de "Nacionalização e Padronização de Componentes Eletrônicos". Além de contatos com o Instituto de Pesquisas da Marinha, o Centro Tecnológico da Aeronáutica e a Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro, foram visitadas várias firmas nacionais, já havendo resultado positiva a fabricação, por firma brasileira, de capacitores especiais a fim de substituírem componentes originais, estrangeiros, que não aprovaram em nosso clima.

Dentre as inúmeras obras civis que foram concluídas ou iniciadas no ano de 1970, devem ser mencionadas:

— Dique da Base Naval de Aratu com várias docagens já realizadas, concluído. — Obras de infra-estrutura da Base Naval de Aratu, especialmente aquelas necessárias para receber a Força de Minagem e Varredura, em vias de conclusão. — Instalações da nova Escola de Guerra Naval, concluídas. — Novo pavilhão do Hospital Naval Marinho Dias, concluído. — Hospital do Comando Naval de Brasília, concluído. — Quartel do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, concluído. — Escola para o Centro de Instrução Aeronaval em São Pedro D'Aldeia, concluída. — Garagem de barcos e salas de aula na Escola Naval, concluídas. — Hospital e Alojamento em São Pedro D'Aldeia, concluídos. — Cais Alfa na Base Naval de Aratu, reinício das obras. — Prédio da Força de Minagem e Varredura, Cinema. — Alojamento para MNS e Prédio do Reembolsável na Base Naval de Aratu, iniciados.

No decorrer de 1970 foram, ademais, executadas atividades de pesquisas nos setores de armamento, bioquímica, biologia, eletrônica, nucleônica, oceanografia física, química e sonar.

Exército

A atuação do Ministério do Exército, centrada em sua finalidade precípua, foi pautada em função da diretriz setorial estabelecida para o atual período governamental, da qual ressaltam os seguintes aspectos, que lhe dizem respeito:

a) Meta Estratégica

— acompanhar a evolução econômico-social da Nação a fim de compatibilizar a segurança com as necessidades do desenvolvimento, ficando sempre em condições de cumprir sua destinação constitucional e os compromissos internacionais solenemente assumidos; e

- assegurar, pela presença física e mobilidade, a garantia da integridade territorial e soberania nacionais.

b) Objetivos Gerais

- Reorganização do Exército;
- Reaparelhamento do Exército;
- Instrução do pessoal e adiestramento das unidades;
- Atividades ligadas ao desenvolvimento.

A Meta Estratégica estabelecida, impondo uma análise da atual conjuntura no âmbito externo e interno, confirma a imperiosa necessidade da existência de uma Força Terrestre equipada, adestrada e numericamente suficiente, como instrumento para garantia da política nacional de desenvolvimento.

Não obstante, a desproporção entre os encargos atribuídos ao Exército e seus atuais efetivos — aproximadamente os mesmos há duas décadas — levou a um remanejamento de pessoal, a fim de suprir as necessidades resultantes da reorganização e rearticulação da Força Terrestre. Tal remanejamento pode ser assim resumido:

- substituição gradativa, por pessoal civil, do pessoal militar empenhado em atividades não essencialmente profissionais;
- desativação de 7 Organizações Militares;
- redução de 9 Organizações Militares;
- extinção de 30 Organizações Militares.

Simultaneamente, foram desenvolvidos estudos e tomadas medidas com vistas à consecução da meta estratégica.

De acordo com o Projeto Especial de Reaparelhamento, que abrange o período de 1970 a 1973, foram consignados e efetuados dispêndios correspondentes a 16% do total previsto para os quatro anos. Cumpre salientar que, dos recursos aplicados em aquisições no ano de 1970, apenas cerca de 8,4% corresponderam a compras no exterior.

Objetivando adestrar-se para atender aos seus encargos de segurança interna e externa, em todos os Comandos de Área foram realizados exercícios de armas e manobras, fre-

quentemente com a cooperação das demais Forças Armadas e outros órgãos de segurança. Ressalta-se, em particular, a manobra realizada pelo IV Exército no Nordeste e a do Comando Militar da Amazônia na região de Marabá.

Paralelamente, e já na parte substantiva de sua missão, desenvolveu o Exército intenso e contínuo trabalho de acompanhamento e neutralização das atividades de grupos e indivíduos interessados em retardar o acelerado processo de desenvolvimento nacional.

No campo específico das atividades ligadas ao desenvolvimento, o Exército, sem descuidar de sua finalidade precípua, cooperou em atividades de educação, pesquisa e desenvolvimento, levantamento e mapeamento do território, transporte, habitação e planejamento urbano, assistência e previdência social, ação cívico-social e saúde.

Destaca-se, no setor de transporte, a síntese dos principais trabalhos executados em 1970:

Obras Rodoviárias:

- Implantação, 878 km; — Revestimento primário, 806,3 km; — Pavimentação, 253,5 km; — Restauração, 6.161 km.

Obras de Arte Especiais:

- Pontes e Viadutos, 1.668,9 m.

Obras Ferroviárias:

- Implantação de infra-estrutura, 30.000 m; — Lançamento de superestrutura, 12.600 m; — Pontes ferroviárias (3 unidades), 753 m; — Conservação e manutenção do tráfego nos trechos sob sua responsabilidade.

Da programação para 1971, cumpre ressaltar:

- A reestruturação da Administração Superior do Exército em Departamentos: Ensino e Pesquisa, Pessoal, Material Bélico, Engenharia e Comunicações, Serviços, bem como a reorganização de cada um destes órgãos de direção setorial.
- O prosseguimento da reorganização e rearticulação da Força Terrestre, pela transferência de sede, extinção, criação, transformação de unidades e pela progressiva adaptação de seus quadros de organização ao material em aquisição, visando, inclusive, à constituição de Brigadas Blindadas.

- A aceleração do Projeto Especial de Reaparelhamento, para atingir uma aplicação de recursos correspondentes a 50% do Plano Plurianual, com vistas a:

- Aquisição de equipamentos na indústria nacional (80%) e no exterior (20%), em particular para compra de armamento e material motomecanizado e reequipamento das fábricas, arsenais, estabelecimentos militares de ensino.
- Modernização do sistema de comunicações.

- A transferência para Brasília dos órgãos da Administração Superior do Exército, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 53 milhões em construção de instalações e de residências e na movimentação de 600 famílias, que se acrescentarão às 300 já transferidas.

Aeronáutica

O Ministério da Aeronáutica, no exercício de 1970, procurou orientar suas atividades no sentido de alcançar os objetivos prioritários da Política Geral do Ministério, consubstanciada nas "Metas e Bases para a Ação de Governo".

O Plano de Ação para 1970, elaborado em consonância com aquela política, teve sua execução parcialmente prejudicada pela incidência de fatores aleatórios que determinaram sensíveis reduções nos recursos orçamentários previstos. Tornou-se necessário reformular o Plano de Ação, no sentido de preservar a consecução dos objetivos prioritários, permitindo alcançá-los em boa parte, graças a cortes efetuados em alguns programas, importantes para o Ministério da Aeronáutica, mas de menor repercussão na Estratégia Geral do Governo.

As principais realizações do Ministério da Aeronáutica serão adiante resumidas, com ênfase nas atividades orientadas para atingir os objetivos prioritários estabelecidos.

Mantendo a alta prioridade em que sempre teve o trato de assuntos referentes à Reforma Administrativa, empenha-se o Ministério na conclusão de sua reestruturação interna, calçada no Decreto n.º 60.521, de 31 de

março de 1967, que aprovou a sua nova estrutura básica.

O ano de 1970, já estando reorganizados os níveis de Direção-Geral e de Direção Setorial, caracterizou-se pela implantação dos órgãos de execução, dentro da nova estrutura, quer pela adequação dos já existentes, quer pela ativação de novos órgãos. Cuidou-se, também, do aprimoramento da técnica de administrar.

Foram aprovados diversos Regulamentos de órgãos criados de acordo com o Decreto n.º 60.521, de 31 de março de 1967, todos de nível de execução. Esses Regulamentos, a serem complementados por Regimentos Internos, incluem dispositivos que objetivam dotar tais órgãos dos meios adequados ao exercício da moderna administração e incorporam a filosofia preconizada pela Reforma Administrativa Federal de 1967.

Visando a proporcionar maiores instrumentos à Administração, instituíram-se os Sistemas de Inspeção e de Controle Financeiro no decorrer do ano de 1970.

Em 1970, igualmente, completou-se a mudança do Estado-Maior da Aeronáutica e da Inspeção-Geral da Aeronáutica para Brasília, estabelecendo-se definitivamente na nova Capital todos os órgãos da Direção-Geral do Ministério, inclusive o Gabinete do Ministro da Aeronáutica, ficando no Rio de Janeiro apenas um escalão recuado.

De acordo com a política de apoiar o funcionamento da Força Aérea Brasileira com um quadro de ativa relativamente pequeno mas altamente qualificado, cuidou o Ministério da Aeronáutica de acelerar e aprimorar o preparo profissional de seu pessoal, promovendo a intensificação dos currículos escolares, com resultados altamente compensadores, quer no campo da formação, quer no do aperfeiçoamento.

Prosseguiu em 1970 o esforço do Ministério no sentido de modernizar o equipamento da Força Aérea Brasileira, tendo sido iniciadas ou levadas a efeito aquisições de aeronaves de diversos tipos e para diversas finalidades.

No campo do material bélico, foi, igualmente, gerenciada a aquisição de várias armas indispensáveis ao equipamento da Aeronáutica, e, bem assim, empreendidos estudos no sen-

tido da fabricação nacional de algumas.

Com a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) em 1969, deu a indústria aeronáutica grande passo no sentido de sua implantação definitiva, permitindo em 1970 diversas medidas de grande alcance, as quais vieram juntar-se aos esforços que já vinham sendo desenvolvidos por outros empreendimentos já existentes.

Dentre os principais eventos neste setor cabe mencionar, entre outros: obtenção da licença de fabricação pela EMBRAER do avião de treinamento à reação "Macchi 326" da firma italiana Aermacchi; contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a EMBRAER para a fabricação de 112 aviões do tipo acima mencionado, para os quais foi dada a denominação de "Xavante" EMB-326-GB; contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a EMBRAER para a fabricação de 80 aviões C-95 "Bandeirante", bimotor turbopropelante projetado e desenvolvido pelo Centro Técnico da Aeronáutica.

No setor da pesquisa e desenvolvimento, prioritários no Ministério da Aeronáutica, destacam-se as seguintes realizações:

— Assinatura de convênio com o Conselho Nacional de Pesquisas, objetivando a venda pela EMBRAER ao Conselho do segundo exemplar da pré-série do avião "Bandeirante" para ser utilizado em pesquisas do projeto Sensores Remoto (SERE), em execução pelo CNAE.

— Ensaios em voo do primeiro protótipo do avião agrícola "Ipanema".

— Especificações preliminares referentes ao projeto de avião de transporte médio, denominado "EMB-500 Amazonas".

— Conclusão do projeto de fabricação de equipamentos eletrônicos de comunicações e de auxílio à navegação e sua transferência para a nossa indústria, com vistas à utilização a bordo de aeronaves de fabricação nacional e na modernização dos aviões C-47.

— Estudo de viabilidade para implantação no Brasil da indústria de componentes para motores aeronáuticos.

— Lançamentos experimentais dos foguetes de desenho e fabricação na-

cional "Sonda I" e "Sonda II" para pesquisas meteorológicas. No campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno foram efetuados 70 lançamentos, dos quais 41 de foguetes nacionais, em cumprimento a vários projetos de pesquisas.

— Diversos estudos, projetos e ensaios referentes a aerodinâmica, metalurgia, motores, armamento e foguetes.

Procurando atender às exigências de expansão do transporte aéreo e às inovações tecnológicas das modernas aeronaves, vem o Ministério procurando ampliar e adaptar a infraestrutura aeronáutica, tanto pelo melhoramento da rede aeronáutica, como pela modernização da rede de proteção ao voo.

Entre as realizações, em 1970, no setor de obras aeroportuárias impõe-se destacar:

a) Início da construção do Principal Aeroporto Internacional.

b) Contratação de projetos detalhados e da primeira fase de terraplenagem do Aeroporto Internacional de Manaus.

c) Prosseguimento da construção da estação de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília.

d) Prosseguimento das obras de construção dos aeroportos de Rio Branco, Tefé, Tabatinga, Macapá e Boa Vista.

e) Obras de melhorias nos aeroportos de Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém.

Entre as principais atividades relacionadas com a implementação da rede de proteção ao voo, é de salientar:

a) ativação de Núcleos de Proteção ao Voo em Pirapora, Três Marias, Montes Claros, Campina Grande e Pelotas;

b) aquisição de novos equipamentos para o serviço de meteorologia;

c) aquisição de equipamentos especiais para o Serviço de Busca e Salvamento.

Entre as "Ações Setoriais" definidas pelas "Metas e Bases para a Ação de Governo" na área de transportes, é da responsabilidade do Ministério da Aeronáutica a realização de um "Programa de Transporte Aéreo", capaz de garantir ao Brasil lugar de destaque no concerto das demais na-

ções, atendendo à expansão da demanda do tráfego nacional e internacional e objetivando o aumento da participação do Brasil no mercado internacional do frete aéreo.

Para a consecução desses objetivos, vem o Ministério mantendo firme política de desenvolvimento racional e controlado da indústria do transporte aéreo, tanto no mercado doméstico como no internacional. Os animadores resultados obtidos em 1970 mostram essa indústria em plena recuperação. Os déficits, que eram uma constante nos balanços das empresas de transporte aéreo, apesar das subvenções diretas do Governo, desapareceram a partir de 1967 e foram convertidos em saldos positivos, crescentes de ano para ano. Em 1970 o saldo positivo global da indústria se situou na ordem de 35 milhões de cruzeiros.

A participação do Brasil no mercado internacional do frete aéreo, que vinha crescendo a uma taxa de 13 a 15% ao ano, apresentou em 1970 aumento de 20% em relação ao ano anterior. Duas empresas brasileiras disputam com outras vinte e uma estrangeiras o mercado internacional de fretes relativo ao Brasil. Em 1970, manteve a bandeira brasileira a seguinte participação no tráfego total das linhas que têm o nosso País como ponto de partida ou de chegada:

- na rota da Europa: 29%;
- na rota da América do Norte: 60%;
- na rota do sul do Continente: 63%.

Os resultados positivos acima enumerados são fruto de uma política atuante, caracterizada pela conquista de novos mercados e pela defesa intransigente do mercado brasileiro, levada a efeito pela ação conjunta do Ministério da Aeronáutica e do Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da CERNAI (Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional), e da marcante atuação das empresas nacionais em confronto com as congêneres estrangeiras, mercê dos seus elevados padrões de eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

O tráfego doméstico, que vinha crescendo até 1965, passou a reagir a partir de 1966 e apresentou em 1970 um aumento da ordem de 4% sobre o número de passageiros e a quantidade de carga transportada em 1969. Cabe salientar ainda os promissores resultados alcançados pelas empresas de táxi-aéreo, muito superiores aos do ano passado.

O equipamento aéreo vem sendo gradativamente modernizado, tendo experimentado grandes melhoramentos com a introdução de novos aviões a jato, que em 1970 já predominavam nas principais linhas do País.

Desenvolve o Ministério da Aeronáutica, por outro lado, esforços no sentido de reestruturar de maneira mais funcional a Força Aérea Brasileira, procurando dotá-la de recursos materiais e humanos compatíveis com os imperativos da Segurança Nacional.

Sem descuidar de sua missão constitucional, vem cumprindo a FAB seu importante papel de instrumento de interiorização de nossas fronteiras econômicas, de vivificação de nossas fronteiras geográficas e de integração nacional.

Entrê as realizações da Força Aérea Brasileira no ano de 1970, cumpre destacar:

Setor de Planejamento:

a) Estudos para implantação da Base Aérea de Anápolis, destinada a receber a Unidade de Defesa Aérea que será equipada com novas e modernas aeronaves.

b) Estudos para implantação de um Sistema Integrado de Controle de Tráfego e Defesa Aérea.

c) Estudos para selecionar e aperfeiçoar tripulantes e pessoal de manutenção para futura operação das novas aeronaves adquiridas.

d) Estudos para seleção e especialização do pessoal destinado a operar os equipamentos sofisticados que irão compor o moderno Sistema Integrado de Controle de Tráfego e Defesa Aérea.

e) Estudos relativos ao novo desdobramento de Unidades Aéreas, obje-

tivando o enquadramento integral da Força Aérea na nova estrutura do Ministério da Aeronáutica.

Setor de Execução:

a) Operações reais contra guerrilhas, em conjunto com as demais Forças Singulares, nas áreas de Registro, São Mateus e Jacupiranga.

b) Manobras em conjunto com o Exército e a Marinha, não só de âmbito nacional como internacional, destacando-se as denominadas "Marabá" e "Unitas".

c) Levantamento aerofotogramétrico de diversas áreas de interesse para o desenvolvimento nacional.

d) Ativação das Bases Aéreas de Manaus e Campo Grande, dotadas cada uma com 8 aeronaves de transporte, visando à integração nacional e ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

e) Complementação do adestramento de pilotagem de 122 Aspirantes-a-Oficial Aviador, capacitando-os para integrarem as Unidades Aéreas da FAB.

f) Missões de transporte aéreo para atender, não só às próprias necessidades logísticas da FAB, como também às necessidades das demais Forças Armadas e à Política de Desenvolvimento Nacional, totalizando 23.361 horas voadas no transporte de 123.125 passageiros e 2.300 toneladas de carga.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Cumpridas as finalidades desta sessão solene, o Congresso Nacional, por meu intermédio, proclama-se sumamente agradecido pelo comparecimento dos Srs. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, representantes do Corpo Diplomático, do Sr. Governador do Distrito Federal, dos Srs. Oficiais-Generais.

Convoco os Srs. Senadores para uma sessão do Senado Federal, às 17 horas de hoje.

Convido os presentes para uma recepção, a realizar-se em seguida, em nosso salão nobre.

Declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)